

UNIÃO DE ENSINO E CULTURA DE GUARAPUAVA – UNIGUA



FACULDADE GUARAPUAVA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUARAPUAVA

2014

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

ORGANIZAÇÃO

Prof. Rita Maria Valente Gonçalves

Prof. Valdir Michels

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof. Ms. Daniel Tille Gaertner

Prof. Janete Probst Munhoz

Prof. Ms. Marcos José Novakoski

Prof. Ms. Rita Maria Valente Gonçalves

Prof. Esp. Sandro Castilho

Prof. Dr. Valdir Michels

COLABORAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Alberto Gomes

Prof. Ms. Maria Helena Juri Reston Pinto

Prof. Esp. Nivaldo Orlan Kasczuk

Prof. Esp. Rita de Cássia Lima Ramos

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	08
1	CONTEXTO INSTITUCIONAL	10
1.1	GUARAPUAVA	10
1.2	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	12
1.3	OBJETIVOS E FINALIDADES	13
1.4	CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO	13
1.4.1	Missão institucional	13
1.4.2	Visão institucional	14
1.4.3	Valores institucionais	14
1.4.4	Estrutura organizacional	14
1.5	FORMAS DE ACESSO AOS CURSOS	15
1.5.1	Procedimento	15
1.5.2	Seleção	15
1.5.3	Documentos necessários	16
1.5.4	Bolsa ProUni	16
1.5.5	FIES	16
1.5.6	Programas institucionais de financiamento de estudos para alunos carentes	17
2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
2.1	POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO	20
2.2	PROGRAMAS DE EXTENSÃO	22
2.3	PROGRAMAS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	23
2.4	PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL	24
2.5	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM	25
2.5.1	Coerência do sistema de avaliação	25
2.5.2	Avaliação do processo ensino-aprendizagem	26
2.5.3	Sistema de auto-avaliação do curso	26

2.5.4	Avaliação institucional	27
3	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	30
3.1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	30
3.2	BASE LEGAL E DIRETRIZES CURRICULARES	31
3.3	JUSTIFICATIVA DO CURSO	32
3.4	MISSÃO DO CURSO	33
3.5	OBJETIVOS DO CURSO	33
3.6	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO CURSO	34
3.7	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	35
3.8	COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO	36
3.9	METODOLOGIA	37
3.10	ESTRUTURA CURRICULAR	38
3.11	DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS CONFORME DIRETRIZES	39
3.12	CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	40
3.13	CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
3.14	CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	44
3.15	MATRIZ CURRICULAR	45
3.16	DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS	49
3.16.1	Proposta de novos componentes curriculares optativos	50
3.17	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	50
3.18	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	50
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	52
4.1	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	52
4.1.2	Dedicação do Coordenador à Administração do Curso	55
4.1.3	Atuação do Coordenador.	55
4.1.4	Participação do Coordenador do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES	56
4.2	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	56
4.2.1	Composição do NDE	57
4.2.2	Titulação e formação acadêmica do NDE	58

4.2.3	Regime de trabalho do NDE	59
4.3	COLEGIADO DO CURSO	59
4.3.1	Composição e funcionamento do colegiado do curso	59
4.3.2	Participação do coordenador, dos docentes e discentes no colegiado do curso	60
4.3.3	Atuação do colegiado do curso	61
4.3.4	Apoio Técnico-administrativo e Didático-pedagógico aos docentes	61
4.4	POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA	61
4.4.1	Ações de capacitação	62
4.4.2	Admissão de docentes	62
4.4.3	Estímulos ou incentivos profissionais	62
4.4.4	Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes	63
4.4.5	Incumbência do corpo docente	63
5.	ATENÇÃO AOS DISCENTES	64
5.1	SERVIÇO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	64
5.2	PROGRAMA DE NIVELAMENTO	65
5.3	BOLSAS DE ESTUDO	65
5.4	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	65
5.5	POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO COM AS EMPRESAS	66
5.6	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	67
5.7	PROJETOS DE EXTENSÃO	69
5.8	PROGRAMA DE MONITORIA	69
5.9	PROGRAMAS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	70
5.10	MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DE ALUNOS	71
5.11	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	71
5.12	PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DO CURSO	72
5.13	PROGRAMA DE ESTÁGIO VOLUNTÁRIO PEDAGÓGICO	73
5.14	OUVIDORIA	73
6	INFRAESTRUTURA	75

6.1	INSTALAÇÕES GERAIS	75
6.1.1	Sala de professores e sala de reuniões	75
6.1.2	Gabinetes de trabalho para professores	76
6.1.3	Salas de aula	76
6.1.4	Descrição dos Blocos A, B e C	77
6.1.5	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	79
6.2	BIBLIOTECA	80
6.3	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	81
6.3.1	Normas e procedimentos de segurança	81
6.3.2	Infraestrutura dos Laboratórios de Informática	82
6.3.3	Recursos audiovisuais e multimídia	83
7	ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	85
8	APÊNDICES	86
8.1	EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO	87
8.2	REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	110
8.3	REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	119
9	ANEXOS	128
9.1	DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	129
9.2	PORTARIA Nº 018/2014 – COMPOSIÇÃO DO NDE	134
9.3	RESOLUÇÃO Nº 10/2012 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES ...	136
9.4	PLANILHAS CORPO DOCENTE	138

SUMÁRIO DE QUADROS

QUADRO 1	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA – PROCESSOS SELETIVOS UNICENTRO	32
QUADRO 2	DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	40
QUADRO 3	FORMAÇÃO BÁSICA	40
QUADRO 4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
QUADRO 5	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	44
QUADRO 6	MATRIZ CURRICULAR	45
QUADRO 7	DISTRIBUIÇÃO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR	49
QUADRO 8	NDE: TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA	57
QUADRO 9	NDE: COMPOSIÇÃO	57
QUADRO 10	NDE: TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA	58
QUADRO 11	NDE: REGIME DE TRABALHO	59
QUADRO 12	BLOCO A – TÉRREO	77
QUADRO 13	BLOCO A – PISO SUPERIOR	78
QUADRO 14	BLOCO B	78
QUADRO 15	BLOCO C	79
QUADRO 16	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 01	82
QUADRO 17	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 02	83
QUADRO 18	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 03	83

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI vêm sendo marcados por profundas transformações em todas as esferas das sociedades, sobretudo pela tendência acelerada e contínua de avanços tecnológicos e pelo fenômeno da globalização. As modificações econômicas, sociais e políticas decorrentes trouxeram múltiplos impactos para a vida dos indivíduos e para os processos de organização social, especialmente para a reconfiguração do mundo do trabalho.

No âmbito do setor produtivo, originou-se, na década de 70, e ainda se encontra em curso, um vasto processo de reestruturação da produção e das formas de gerenciamento do trabalho, com aplicação maciça da ciência e da tecnologia, fazendo surgir, com espantosa rapidez, novos setores produtivos, novas formas financeiras, novos mercados e especialmente uma alta capacidade de inovação comercial, científica, tecnológica e organizacional. Dimensão relevante nesse novo contexto é a revolução da microeletrônica, que alterou decisivamente o caráter da automação, tornando o mundo mais complexo e mais globalizado.

Como implicação direta dos novos tempos, surgiu a necessidade de criar novas formas de gerar e transmitir conhecimentos e inovações; de produzir e comercializar bens e serviços; de definir e implementar estratégias e políticas; de organizar e operar empresas e instituições públicas e privadas.

É a partir de toda essa complexidade que devem ser pensados os novos desafios que se apresentam à educação, especialmente à educação superior, considerada sua finalidade de “formar diplomados (...) aptos para a inserção em setores profissionais” (LDB, art.43), pois são exigidas qualificações cada vez mais elevadas, que se traduzem na necessidade de novas capacitações institucionais e profissionais. Por outro lado, também é finalidade do ensino superior “estimular o pensamento reflexivo”; proporcionar condições para a “participação no desenvolvimento da sociedade”; “desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”, o que remete à necessidade de profunda reflexão sobre a

convivência dos aspectos técnicos e humanísticos na formação dos profissionais de nível superior.

Assim, se ao ensino superior cabe a responsabilidade de formar quadros para o desenvolvimento da competência profissional, cabe também o desenvolvimento do conhecimento humano, da cultura, da arte e da elevação da qualidade de vida do egresso e da sociedade onde atua.

Talvez este seja o maior desafio que a modernidade impõe à educação superior: conciliar as exigências de preparação do profissional – no plano cognitivo-instrumental – com as rápidas e profundas transformações do mundo do trabalho, e com a necessidade de resgatar a humanização do homem no plano da educação integral, de forma a dar sentido à sua existência e à sua própria produção.

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 GUARAPUAVA

Guarapuava possui 3.170 km², com população estimada de 167.328 hab. e estimada em 2013 em 175.779 hab segundo Censo IBGE (2010). Com densidade demográfica de 53,68hab/km, não sendo contabilizada neste censo a população flutuante, ou seja a acadêmica, estimada em aproximadamente 10.000 habitantes. A minoria de sua população, 9% (nove por cento), se encontra na zona rural, também, de acordo com estimativa do IBGE, 2013. Sua divisão administrativa, segundo o IPARDES (2013), é formada por 6 distritos administrativos.

Seu PIB foi de R\$ 2.995.685, em 2011 e sua economia é baseada na agricultura (soja, milho, trigo, cevada, erva-mate, fruticultura, dentre outros), na bovinocultura e avicultura na indústria extrativa e de transformação, sendo que o comércio e a agroindústria também têm representatividade econômica.

A cidade conta com a maior maltaria da América Latina, que produz 20% do malte brasileiro, a Agromalte, pertencente à Agrária. Também estão em Guarapuava a Brasil Foods, Agrícola Cantelli, Coamo, Codapar, Cooperativa Vale, dentre outras. O setor madeireiro, de papel e derivados é o que mais emprega e a indústria apresenta 35% do PIB municipal. Dentre as indústrias manufatureiras e de transformação destacam-se a Indústria Santa Maria, Iberkraft, Pinhopast, Repinho, Polijuta, Chocolates Pietrobon, Refrigerantes Neon, Agrogen, Dalba Engenharia, Erva Mate 81 e muitas outras. O setor de serviços vem crescendo gradativamente e já incorpora cerca de 47% do PIB. Embora haja muitas indústrias de destaque em Guarapuava, as principais são a Santa Maria Papel e Celulose e a Cooperativa Agrária de Entre Rios, que em 2009 foram classificadas entre as maiores empresas do Brasil pela Revista Exame, Maiores e Melhores.

O Município, de acordo com o IBGE - Cidades (2012) e IPARDES (2013), possui 40 escolas de nível pré-escolar, com 1.666 alunos matriculados, 85 escolas de ensino fundamental, com 28.388 alunos matriculados, 33 escolas de ensino

médio com 7.915 alunos matriculados e no ensino superior possui uma universidade pública estadual, um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e três faculdades particulares, além de cinco polos de instituições de ensino a distância, com um universo de aproximadamente 14.000 alunos matriculados.

Em análise aos dados estatísticos do IBGE (2012) e PNUD (2013) , verifica-se que Guarapuava detém 34,85% da população com 18 anos ou mais com ensino médio completo. Destes, apenas 11,31% possuem formação superior, demonstrando assim uma clientela potencial de 23,54% para ingresso no ensino superior. Levando essa análise ao contexto regional, os municípios paranaenses com o maior número de alunos em nossa Instituição são: Turvo, Prudentópolis, Pinhão, Laranjeiras do Sul, Campina do Simão, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque e Pitanga, identificando uma média de 22,39% de clientela potencial em uma população de 179.583.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento do Brasil (2013), a educação ainda está em nível mediano, fato que demonstra a necessidade, de como IES, trabalhar para melhorar os subíndices que compõem o índice da educação, ofertando cursos superiores que despertem o interesse da população de Guarapuava e região, instigando-os a concluírem sua formação educacional. A cidade, segundo dados do CAGED (2013), possui uma população ocupada - PO de 41.756 pessoas, representando 29,59% da PEA - População Economicamente Ativa, distribuídas em 6.060 empresas empregadoras do 1º, 2º e 3º setores , as quais recebem uma média de 2,5 salários mínimos nacional.

A FG está inserida dentro desse contexto social e regional, cumprindo com seu papel social perante a sociedade na esfera da educação superior. A oferta do curso se justifica em função das diferentes variáveis expostas, como aspectos econômicos, produção agrícola e industrialização do município e a exigência de profissionais para um mercado de trabalho efervescente e competitivo.

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Associação de Ensino Novo Ateneu – AENA, primeira mantenedora da Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava, tem suas raízes no Colégio Vianna, fundado em 1897, em Curitiba, pelo Sr. Elysio de Oliveira Vianna. No ano de 1925, foi fundado o Colégio Novo Ateneu. Num crescendo de realizações, em 1950, foi fundada pelo Professor Milton Vianna e por um grupo de colaboradores a Faculdade de Direito de Curitiba. Em 1998, com a criação de cursos na área de Ciências Humanas, constituíram-se as Faculdades Curitiba. À convite da Associação “Amigos de Guarapuava”, iniciou-se, em 1998, um estudo para implantação de uma Faculdade naquela cidade. Desse estudo, resultaram os projetos para a criação dos cursos de Direito, Administração, Relações Internacionais, Turismo e Ciências Ambientais.

No ano de 1999, foram aprovados pelas respectivas Comissões de Especialistas do MEC os cursos de Administração, Ciências Ambientais, Turismo e Relações Internacionais e, pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB, o curso de Direito.

Em 18 de julho de 2000, a AENA inaugurou, com muito orgulho, mais uma unidade de ensino – a Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava, em Guarapuava, – região central do Paraná. Foram criados os cursos de Ciências Ambientais (pioneiro no Brasil), Direito, Relações Internacionais e Turismo – até então inexistentes na cidade – e o de Administração, abrindo perspectivas na área de educação e no mercado regional de trabalho, para engrandecer ainda mais o ensino superior no Paraná.

Em 2005, a AENA criou o Instituto Politécnico do Paraná (IPP), em Guarapuava e, em 2006, em Curitiba, que oferecem cursos superiores de tecnologia. Em Guarapuava, estão sendo ofertados os cursos de Gestão de Recursos Humanos, Marketing e Agronegócio.

Em suma, a Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava nasceu do idealismo e da tradição de uma família que, de geração em geração, tem conseguido manter os princípios originais de uma vocação familiar que, somada ao arrojo das novas

gerações, vem ampliando sua área de atuação e adequando-se à modernidade imposta pela evolução dos tempos.

No início de 2008, a Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava e o Instituto Politécnico do Paraná passaram a ser mantidos pela União de Ensino e Cultura de Guarapuava – UNIGUA, pertencente ao Grupo Artagão de Mattos Leão, natural da cidade de Guarapuava, que vêm mantendo os mesmos princípios até então vigentes nas duas Instituições.

Em 28 de agosto de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 603, de 27 de agosto de 2008, que unifica as mantidas Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava e Faculdade de Tecnologia Instituto Politécnico do Paraná que, a partir desta data, constituem a Faculdade Guarapuava.

1.3 OBJETIVOS E FINALIDADES

A Faculdade Guarapuava tem como propósito a formação de profissionais éticos e competentes, dimensão que não se separa da de cidadãos conscientes de seu papel de sujeitos da história de seu tempo, capazes de atuar para a superação dos problemas da sociedade em que vivem.

A Faculdade Guarapuava através de sua mantenedora, a União de Ensino e Cultura de Guarapuava Ltda. – UNIGUA, defende processos formativos mais amplos, que privilegiem as vertentes do conhecimento universalizado, da formação cidadã, da compreensão do desenvolvimento científico e tecnológico e seus impactos na organização do trabalho e da sociedade.

1.4 CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

1.4.1 Missão institucional

Educar para formar seres humanos qualificados tornando-os profissionais competentes para enfrentar os desafios de um mundo globalizado.

1.4.2 Visão institucional

Ser reconhecida, como diferencial no mercado, pela excelência na educação.

1.4.3 Valores institucionais

- Ética na relação com os clientes, colaboradores e mercado.
- Respeito à tradição.
- Valorização do capital intelectual.

1.4.4 Estrutura organizacional

- Direção Geral: Professor Carlos Alberto Ferreira Gomes
- Direção Administrativa: Fabiano Vieira
- Secretária-Geral: Marla Backs Cebulski
- Coordenação do Curso de Administração: Professora Rita Maria Valente Gonçalves
- Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Professora Maria Helena Juri Reston Pinto (Interina)
- Coordenação do Curso de Ciências Contábeis: Professor Valdir Michels
- Coordenação do Curso de Ciências Sociais: Professora Rita Maria Valente Gonçalves (Interina)
- Coordenação do Curso de Direito: Professor Rodrigo Borges de Lis
- Coordenação do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária: Professor Cleverson Luiz Dias Mayer
- Coordenação do Curso de Engenharia Civil: Professor Gerson Felipe Sonogo
- Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica: Professor Edson Luiz Schultz
- Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos: Professor Valdir Michels

- Coordenação da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Professora Rita Maria Valente Gonçalves
- Núcleo de Apoio e Orientação Psicopedagógica: Professora Maria Helena Júri Reston Pinto
- Presidente da Comissão Própria de Avaliação: Rubiara Aparecida Melo
- Pesquisadora Institucional: Professora Rita Maria Valente Gonçalves
- Júri Reston Pinto

1.5 FORMAS DE ACESSO AOS CURSOS

1.5.1 Procedimento

Conforme consta do Regimento, em seu capítulo II, Art. 47, o ingresso nos cursos dar-se-á por meio de processo seletivo, aberto a candidatos que atendam aos requisitos exigidos para cada curso ou programa, dentro do limite das vagas oferecidas, de acordo com a legislação vigente e as normas institucionais fixadas pelo CONSAD.

1.5.2 Seleção

De acordo com o Art. 47, Parágrafos 1º e 2º, os processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação devem levar em conta as orientações que refém o Ensino Médio do País, articulando-se com os órgãos normativos desse sistema de ensino.

Os cursos devem ser ofertados em consonância com as informações divulgadas anualmente e antes de cada processo seletivo, á disposição dos interessados, para eventuais consultas na *home page* da IES.

Já o Art. 48 trata sobre as inscrições para o processo seletivo, as quais são abertas através de edital, do qual constarão os cursos oferecidos, os atos de autorização e/ou reconhecimento dos cursos, seus conceitos de avaliação, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a relação e o período da realização das

provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação, desempate e desclassificação e demais informações complementares.

1.5.3 Documentos necessários

Os documentos necessários para a inscrição são:

- RG
- CPF
- Preenchimento da ficha de inscrição, a qual pode ser feita via internet, através da *home page* da IES ou na Central de Atendimento.
- Pagamento da taxa de inscrição

1.5.4 Bolsa ProUni

A Faculdade Guarapuava aderiu ao Programa de Bolsa do ProUni no 2º semestre de 2008, no qual os candidatos às bolsas ingressam na IES, através de sua colocação perante a relação do ProUni, cujas informações são repassadas pelo MEC à IES, e, também, através da entrevista feita junto à Coordenação do ProUni na IES, em cumprimento da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

Os acadêmicos que forem selecionados pelo ProUni, não precisarão prestar teste seletivo próprio da IES.

1.5.5 FIES

O Financiamento Estudantil – FIES, está inserido na IES desde o 2º semestre de 2000, quando a Faculdade Guarapuava, através de sua mantenedora anterior aderiu ao programa.

O acesso dos acadêmicos ao FIES é possível, quando o aluno já está regularmente matriculado e pode, através de sua inscrição, via internet, ser

classificado dentro dos critérios do programa e também através da entrevista que o mesmo deverá fazer junto à Comissão do FIES dentro da IES.

1.5.6 Programas institucionais de financiamento de estudos para alunos carentes

A Faculdade Guarapuava oferece bolsas de estudos de até 30% de desconto nas mensalidades, para os alunos que comprovarem necessidade financeira.

2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A formação humana para enfrentar situações complexas quer no mundo do trabalho, quer nas demais esferas da sociabilidade, exige um novo foco para os processos pedagógicos, em que a aprendizagem seja o eixo articulador.

Para que isso seja possível, é necessário abandonar a ideia de que ensinar é tão-somente transmitir informações, mesmo que por meio de técnicas “modernas” de ensino. A adoção deste conceito implica na compreensão de que nos processos pedagógicos, professores e alunos aprendem e ensinam, isto é, compartilham saberes advindos das múltiplas interpretações da realidade. Desta forma, é necessário criar estratégias de organização dos conhecimentos e da informação que estimulem a investigação e a compreensão das relações entre os saberes, entre “os conteúdos” da aprendizagem e a resolução de problemas e entre a teoria e a prática.

Nesta perspectiva, o processo ensino-aprendizagem caracteriza-se pela (re)construção contínua dos conhecimentos e não meramente pela sua reprodução, uma vez que exige o protagonismo do educando no “ir além” da informação recebida, para buscar explicações e formular hipóteses para os fatos e suas diferentes versões.

Assim, os conceitos de contextualização e interdisciplinaridade são evidentemente decorrência dessa concepção de ensino. O tratamento contextualizado significa, em primeiro lugar, assumir que todo conhecimento envolve uma relação dialética entre o sujeito e o objeto. Implica a compreensão da dinâmica da sociedade que exige a busca contínua de novas soluções e de diferentes formas de concebê-las. A contextualização evoca áreas, âmbitos e dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, podendo ser entendida com um tipo particular de interdisciplinaridade, na medida em que aponta para o tratamento de certos “conteúdos” como contexto de outros. Articular esses saberes e relacioná-los às relações sociais e de produção conduz ao entendimento contumaz e crítico da sociedade, condição essencial para o exercício da cidadania.

Em síntese, os processos pedagógicos da Faculdade Guarapuava – FG são conduzidos para que os alunos:

- a) aprendam a aprender e a pensar;
- b) relacionem os conhecimentos das diferentes áreas do saber, em busca de soluções para problemas concretos da sociedade;
- c) reconheçam significado na aprendizagem em relação à vivência cotidiana;
- d) desenvolvam a capacidade crítica fundamentada em conhecimento;
- e) constituam competências, habilidades e disposições de condutas que lhes permitam condições plenas de inserção na vida social e produtiva.

As diretrizes pedagógicas se articulam à ideia moderna de “polivalência”, vista como atributo de um profissional possuidor de competências que permitam superar os limites de uma ocupação ou campo circunscrito de trabalho, para transitar por outros campos ou ocupações da mesma área profissional ou de áreas afins.

Os planejamentos de ensino devem se sustentar nestas premissas, como resultado da reflexão sobre a ação pedagógica da instituição. Constituem-se em processos de construção coletiva, em contínuo ajuste e atualização, para se adequarem às constantes transformações da sociedade e devem orientar-se, sobretudo, pela:

- a) priorização do desenvolvimento de competências e habilidades mais gerais, como elementos fundamentais para a capacidade de continuar aprendendo;
- b) adoção de estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas;
- c) busca de visão orgânica do conhecimento e o diálogo com outras áreas do saber, aproveitando as relações entre os conteúdos de ensino e o contexto;
- d) estimulação do protagonismo e da autonomia do aluno.

Enfim, o indivíduo deve adquirir competências ancoradas em bases científicas e tecnológicas, na perspectiva evolutiva de sua formação, seja pela ampliação e enriquecimento, ou pela transformação de seu trabalho, permitindo

transcender a fragmentação das tarefas e compreender o processo global de produção, possibilitando, inclusive, influir em sua transformação.

2.1 POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO

A política para o ensino de graduação deve permitir materializar os aspectos fundamentais da proposta pedagógica institucional aqui expostos, assegurando:

- a) consolidação do processo de avaliação dos cursos de graduação, interna e externamente, como forma de manter atualizado o ensino ofertado e as diretrizes pedagógicas da Instituição;
- b) reestruturação dos currículos, sempre que necessário, buscando atualização, adequação e compatibilização entre as necessidades do mercado e as necessidades sociais;
- c) realização de estudos e pesquisas para identificar demandas por novos cursos, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e social da Região e adequados ao perfil da instituição;
- d) integração da graduação com as atividades da pós-graduação, da pesquisa e da extensão;
- e) articulação do ensino de graduação com programas e diretrizes que norteiam a política nacional de educação básica (fundamental e média);
- f) manutenção das propostas pedagógicas dos cursos atualizadas, para atender às necessidades profissionais da região;
- g) implantação e resgate das atividades de iniciação científica, monitoria e tutoria, assim como de outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento dos graduandos;
- h) implantação de programas especiais de orientação profissional e acompanhamento acadêmico aos alunos, desde seu ingresso até a conclusão do curso, com vistas a otimizar sua participação e vivência universitária;

- i) incentivo à constituição de agências, núcleos e empresas juniores, fortalecendo seu caráter acadêmico, de vivência profissional e de extensão universitária.

A política de ensino de Graduação tem como elementos essenciais:

- a) pesquisa e extensão articuladas ao ensino, visando a difusão dos valores e do conhecimento, bem como a prestação de serviços requeridos pela comunidade local, regional e nacional;
- b) ampliação do nível científico técnico-cultural do homem/cidadão/habitante da região, proporcionando-lhe desenvolvimento de visão crítica da realidade;
- c) elevação crescente do nível de qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação, procurando, para tanto, ter disponíveis:
 - professores qualificados e com tempo de permanência compatível com a demanda dos cursos e dos acadêmicos;
 - infraestrutura adequada e equipamentos, laboratórios, biblioteca, instrumentos de ensino-aprendizagem e multimeios permanentes atualizados;
 - metodologias diversificadas para as ações didático-pedagógicas, definidas de acordo com as características dos cursos;
 - incentivo ao trabalho interdisciplinar, pelo natural entrosamento entre os cursos, visando a unidade de trabalho, a partir da identificação de objetivos comuns;
- d) desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, debates e mesas redondas, que possibilitem o entrosamento de alunos, professores e administradores em torno de problemas comuns;
- e) incremento das relações entre a Instituição e a comunidade para definir demandas e orientar a criação de novos cursos e o direcionamento de seus currículos, para melhor definição do tipo profissiográfico requerido e, ainda, para a resolução de problemas específicos da região.

2.2 PROGRAMAS DE EXTENSÃO

Entendida como prática acadêmica que interliga a Instituição e suas atividades de ensino e de pesquisa com as necessidades da comunidade acadêmica e com as demandas da sociedade civil. Seus objetivos são:

- a) criar condições para o desenvolvimento de parcerias entre o ensino e a pesquisa e segmentos da sociedade;
- b) contribuir para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade;
- c) articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia;
- d) promover a reflexão e a produção de conhecimento nas áreas de atuação da Instituição;
- e) contribuir para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos corpos docente e discente;
- f) promover parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e na igualdade;
- g) contribuir para a (re)definição do conceito de currículo, de maneira a incorporar a extensão como atividade rotineira do discente.

Quando as atividades de extensão visam atender às necessidades da comunidade acadêmica, elas servem como instrumento de complementação da formação dada em sala de aula, seja pelo incentivo ao desenvolvimento de estudos teóricos e iniciação à pesquisa científica, seja pelo desenvolvimento de atividades práticas e profissionalizantes, que permitam melhor integração entre a teoria e a prática.

Por outro lado, as atividades de extensão voltadas às necessidades da comunidade da região são uma das formas que complementam a formação e a qualificação da pessoa, possibilitando, como consequência, a formação do “profissional-cidadão”. O contato do aluno com a sociedade e a prestação de

serviços da Instituição se credenciam, cada vez mais, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da extensão, pois é por ela que a Instituição marca sua presença nos variados segmentos sociais permitindo à comunidade acadêmica a oportunidade de traduzir para o campo operativo os conhecimentos que a Instituição vem produzindo.

A política para a extensão universitária deve, portanto, conduzir:

- a) ao desenvolvimento de competências e de habilidades dos estudantes e professores, estreitando a articulação entre teoria e a prática;
- b) à prestação de serviços sociais e comunitários pela Instituição à comunidade em que está inserida;
- c) à conscientização sobre a responsabilidade social dos discentes e docentes;
- d) à oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades e de eixos temáticos;
- e) ao estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas, inclusive para fins de enriquecimento curricular, dada a possibilidade das mesmas serem agregadas como atividades complementares;
- f) à definição dos indicadores próprios de avaliação das atividades de extensão.

2.3 PROGRAMAS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As atividades de iniciação científica devem ser fomentadas em todos os cursos de Graduação, porque conduzem à formação da atitude científica do estudante, que se refletirá, sem dúvida, no seu desempenho profissional, já que contribui para capacitá-lo a enfrentar os desafios imprevisíveis do mercado de trabalho, extremamente competitivo. Os objetivos que norteiam as atividades de Iniciação Científica são:

- a) aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do aluno universitário;
- b) incrementar a busca de soluções, através da participação do aluno em Iniciação Científica;
- c) incrementar a participação de alunos nas atividades de pesquisa;
- d) incentivar o aluno da graduação a dar continuidade em seus estudos por meio de cursos de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado;
- e) preparar o aluno para a competitividade do mercado de trabalho;
- f) aprimorar a formação acadêmica dos alunos contribuindo significativamente para a produtividade das linhas e projetos de pesquisa em que participam;
- g) incrementar a participação de alunos de Iniciação Científica em eventos regionais, visando a qualidade dos resultados das pesquisas em que participarem;
- h) incentivar a produção científica discente individual ou em colaboração com seus orientadores, visando a criatividade e a crítica.

2.4 PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A Responsabilidade Empresarial tem como objetivos:

- a) sensibilizar a comunidade acadêmica para a proteção à vida e ao meio ambiente;
- b) propor atividades individuais e sociais responsáveis;
- c) usar medidas para a redução das desigualdades sociais;
- d) promover a sustentabilidade das cidades;
- e) utilizar-se de atitudes que privilegiem a justiça e a cidadania.

Visando os objetivos acima o Curso de Ciências Contábeis os acadêmicos participam de vários Programas de Responsabilidade Social conforme descrito abaixo:

- a) Eventos Municipais, Estaduais e Federais: participação em eventos organizados por órgãos municipais, estaduais e federais na cidade e região, com atendimento ao público sobre abertura de empresas, mediante agendamento junto ao Núcleo de Atendimento ao Pequeno Empreendedor;
- b) Parceria com Organizações Não Governamentais: atendimento gratuito aos pequenos empreendedores ligados a alguma ONGs o outras entidades congêneres que necessitem de informações sobre gerenciamento de empresa;
- c) Parcerias com órgãos governamentais na esfera municipal e estadual: Disponibilizar aos associados/indicados das entidades parceiras, atendimento personalizado sobre a sua atual situação econômico-financeira, bem como sobre a viabilidade de implantação de novos negócios;
- d) Campanhas de Programas de Responsabilidade Social da IES: efetiva participação do curso em campanhas de responsabilidade social apoiadas pela IES, oriundas da Direção ou de outros órgãos por ela autorizados;
- e) Participação de Programas de Responsabilidade Social de entidades do Município de Guarapuava e região: Participação em campanhas apresentadas por entidades autorizadas pela Direção Geral da IES para arrecadação de alimentos, roupas, livros, dentre outros.

2.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

2.5.1 Coerência do sistema de avaliação

Os instrumentos de avaliação, como provas, trabalhos, resolução de problemas, de casos, além das manifestações espontâneas e/ou estimuladas dos alunos, servem para aferir o grau de apropriação e entendimento do conteúdo ministrado. Em relação à prova bimestral, por consenso do quadro docente,

depois de corrigida, é apresentada aos alunos, num canal aberto de discussões, utilizado inclusive para possíveis ajustes. Em disciplinas de formação profissional, necessariamente, são desenvolvidas atividades práticas, seja por meio de casos teóricos, cujos resultados são discutidos e avaliados pelos respectivos professores, em sala de aula.

2.5.2 Avaliação do processo ensino-aprendizagem

O sistema de avaliação da aprendizagem utilizado varia de disciplina para disciplina, porém resguarda algumas situações comuns: é realizada uma avaliação, no mínimo duas vezes por semestre (ao final de cada bimestre), com o conteúdo ministrado naquele período. A composição da nota bimestral é realizada através de provas escritas, exposição e apresentação de trabalhos, participação em atividades de campo e seus respectivos relatórios, além de outras atividades pertinentes, realizadas em sala de aula.

2.5.3 Sistema de auto-avaliação do curso

A Instituição realiza, a cada semestre, um processo de auto-avaliação amplo, onde são inseridas as opiniões dos alunos quanto ao curso, a coordenação e o corpo docente. Os resultados são divulgados entre os interessados, para, se necessário, realizar as mudanças desejáveis. Além dos alunos, os professores também são requisitados a preencherem formulário de avaliação institucional, a fim de apresentarem suas opiniões quanto ao Curso e quanto à Instituição como um todo.

Como uma prática, prevê-se a realização de visitas constantes pela coordenadora às salas de aula, no sentido de apurar possíveis problemas, sugestões e busca de soluções.

2.5.4 Avaliação Institucional

A avaliação tem como objetivo promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na IES; introduzir um processo contínuo de avaliação institucional; planejar e redirecionar as ações da IES, a partir da avaliação institucional; garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão; otimizar o planejamento institucional norteado pela gestão participativa e do conhecimento; consolidar o compromisso sócio-científico-cultural da Instituição.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorrerá pela contextualização deles com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais, para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

Os procedimentos metodológicos consideram a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sabendo que o processo não se encerra em si mesmo.

A Avaliação Institucional proposta adota uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa e ocorrendo semestralmente ou, ainda, a qualquer momento, em função de uma necessidade identificada.

As dimensões avaliadas são: planejamento institucional, produção acadêmica, responsabilidade social, relação IES e sociedade, recursos humanos, administração acadêmica, infra-estrutura física e tecnológica, integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e avaliação, atendimento aos discentes e gestão financeira da IES.

As fases do processo são: informativa, aplicação do instrumento, tabulação e análise dos dados, apresentação dos resultados e reunião para discussões.

Os mecanismos de integração da avaliação prevêm, conforme a proposta do SINAES a articulação da IES (interna e externa), a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão da IES, abrangem toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas, o que garante melhor entendimento da realidade institucional.

O processo de auto-avaliação deve contar com a participação de uma comissão designada para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio da alta gestão da IES e com a disponibilidade de informações e dados confiáveis.

A avaliação abre espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação interna.

É importante destacar que o fato de realizar-se, a cada semestre, a Avaliação Institucional, criou, em meio aos professores e junto aos acadêmicos, uma legítima “cultura de avaliação”, pois se tornou hábito, após o preenchimento dos instrumentos e a respectiva tabulação dos dados, a ocorrência da divulgação dos resultados, o que ocorre da seguinte forma:

- a) para o corpo docente – individualmente, mediante a visualização dos itens em que lhe são atribuídos conceitos, gráficos mostram, a cada professor, seu desempenho semestral, diante às suas turmas;
- b) caso necessário, o professor que recebe uma avaliação inferior à média estabelecida pela IES (mínimo de 7,0), é convidado pela Coordenação do Núcleo de Apoio e Orientação Pedagógica (NAOP) a rever a metodologia, as técnicas, os processos, enfim, seu desempenho didático-pedagógico, com a finalidade de melhorar a sua *performance*, como docente. Essa é uma das funções deste Núcleo que ainda tem como objetivos: acompanhar o rendimento dos acadêmicos, paralelamente ao trabalho desenvolvido junto aos docentes; acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando juntamente com os professores e coordenadores; acompanhar o processo de Avaliação Institucional; oferecer suporte pedagógico aos professores que dele necessitem; elaborar e integrar conteúdos programáticos das

disciplinas, juntamente com os professores das mesmas; rever medidas pedagógicas, sempre que necessário, através do acompanhamento aos planejamentos dos professores; acompanhamento na elaboração e atualização do Projeto Pedagógico dos cursos de graduação.

- c) Para o corpo discente – os resultados são apresentados aos representantes das turmas, inclusive o que se refere às críticas e sugestões, expressas nos instrumentos, de forma subjetiva; os alunos representantes das turmas levam os resultados aos seus colegas, em sala de aula, divulgando-os, em horário específico.

Estes resultados são encaminhados à Diretoria Geral da Faculdade Guarapuava para que sejam tomadas as providências cabíveis à resolução dos problemas apresentados, quer administrativo, quer pedagógico.

3 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A função do projeto pedagógico é nortear as ações do curso como um todo. Para tanto, o mesmo é elaborado tendo-se em mente a premissa da importância que o curso tem para a comunidade em que a IES está inserida.

O objetivo principal deste Projeto Pedagógico é maximizar as condições e a qualidade do ensino de graduação na Faculdade Guarapuava, por meio de um projeto pedagógico que responda aos atuais desafios da sociedade e que propicie um ensino de excelência em nível nacional.

A implantação do mesmo visa possibilitar, também, uma oportunidade de incrementar a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, articulando o ensino de graduação ao de pós-graduação *lato sensu*.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

INSTITUIÇÃO: FACULDADE GUARAPUAVA

NOME DO CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TÍTULO OFERTADO: BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

REGIME ESCOLAR: Semestral

PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO: Mínimo: 8 semestres – 4 anos

Máximo: 14 semestres – 7 anos

CARGA HORÁRIA: 3.900 horas aula – 3.344 horas-relógio

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL MÁXIMA: 400 horas, sendo 20 horas semanais

FREQUÊNCIA MÍNIMA EXIGIDA: 75% de presença

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

NÚMERO DE VAGAS: 120 vagas anuais – 60 vagas semestrais

COORDENADOR: Valdir Michels

E-mail: coord.ccontabeis@unigua.edu.br

Fone: (42) 3621-7000

3.2 BASE LEGAL E DIRETRIZES CURRICULARES

Este projeto pedagógico foi elaborado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com base também nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Legislação complementar vigente. O Projeto Pedagógico será revisado periodicamente, todas as alterações deverão ser levadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

Propostas inseridas neste projeto, em atendimento ao que preconizam as Diretrizes Curriculares:

- Compreensão quanto às questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- Domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelação da capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

A formação profissional deverá ser baseada nas competências e habilidades recomendadas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis que tratam de:

- Utilizar adequadamente a terminologia e linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos

necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O curso de Ciências Contábeis veio preencher uma lacuna existente, pois, embora em Guarapuava tenhamos a oferta do Curso de Ciências Contábeis em uma instituição pública, o número de vagas ofertado é insuficiente para atender a demanda, conforme pode ser observado no quadro a seguir que nos mostra a relação candidato vaga nos últimos processos seletivos:

QUADRO 1: RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA – PROCESSOS SELETIVOS UNICENTRO

Processos Seletivos – UNICENTRO	Relação Candidato/Vaga
2º Processo Seletivo 2014	7,75
1º Processo Seletivo 2014	12,17

2º Processo Seletivo 2013	7,47
1º Processo Seletivo 2013	13,17
2º Processo Seletivo 2012	8,58
1º Processo Seletivo 2012	16,75
2º Processo Seletivo 2011	12,44
1º Processo Seletivo 2011	12,31
2º Processo Seletivo 2010	10,56
1º Processo Seletivo 2010	10,26

Fonte: Adaptado de Unicentro (2014).

O Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava também apresenta um diferencial em relação ao ofertado atualmente pela Instituição pública, pois se volta mais à preparação de profissional para a elaboração de relatórios que subsidiam o processo de tomada de decisões e gestão empreendedora para que os egressos tenham competência e habilidades para serem agentes de transformação no meio em que vivem.

Nenhuma outra instituição particular em Guarapuava oferta este Curso.

3.4 MISSÃO DO CURSO

Formar profissionais éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com formação adequada às funções de contador, analista e especialista na área contábil, que saiba “aprender” (formação continuada), saiba “conviver” com equipes multidisciplinares e saiba tratar a organização como um elo da complexa engrenagem social.

3.5 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do Curso de Ciências Contábeis são:

- a) a formação de profissionais para atuarem como agentes de mudanças e aplicadores dos conceitos e teorias sobre o controle, finanças e tributação,

produzindo dados e sendo capazes de transformá-los em informações e relatórios contábeis que auxiliem nas tomadas de decisão e

b) de pessoas com elevado sentido ético no exercício de suas funções.

3.6 ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO CURSO

O Curso de Ciências Contábeis baseia-se em sete grandes áreas de concentração:

- Área básica: aborda as Contabilidades Introdutória, Comercial, Intermediária e Avançada, Teoria da Contabilidade, apoiadas na ética, em métodos e técnicas de pesquisa e no conhecimento da língua portuguesa.
- Área da Controladoria: contém o estudo de Contabilidade de Custos, Auditoria e Perícia, Controladoria, Elaboração de Orçamentos, Sistemas de Informação Contábeis e Laboratório Contábil.
- Área Gerencial: envolvendo a Contabilidade Decisória e Logística, Estratégia Financeira, Contabilidade e Planejamento Tributário, Matemática Financeira, Mercado Financeiro e de Capitais, Análise das Demonstrações Contábeis e Jogos de Empresa.
- Área Aplicada: Contabilidade Rural e Contabilidade Governamental
- Área de Métodos Quantitativos: com as disciplinas de Matemática, Estatística e Métodos Quantitativos.
- Área de Legislação: envolvendo as disciplinas de Instituições de Direito Público e Privado, Direito Empresarial, Direito Trabalhista e Social, Direito Administrativo e Direito Tributário.
- Área Administrativa: Fundamentos de Administração, Comportamento Organizacional, Gestão de Pessoas, Planejamento Estratégico, Gestão Empreendedora e Organização de Empresa Contábil, Plano de Negócios e Estudo de Viabilidade.
- Área Sócio-econômica: aborda os Fundamentos de Economia, Microeconomia, Macroeconomia e Comércio Internacional.

- Áreas Afins: através das disciplinas optativas tanto de formação básica como de formação profissional que serão ofertadas aos acadêmicos, no 8º período, como por exemplo, a disciplina de LIBRAS.

3.7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava deve possibilitar aos egressos uma visão global de negócios e o entendimento conceitual e operacional das atividades organizacionais, qualificando-os a ocupar posições de direção geral; também devem possuir capacidades para serem empreendedores tanto em empresas próprias como em organizações públicas ou privadas.

Nossos egressos estarão preparados para desempenhar as seguintes funções nas organizações:

- planejamento para o controle;
- elaboração e interpretação de relatórios;
- avaliação e assessoramento ao processo de tomada de decisões;
- administração e planejamento tributário;
- elaboração de relatórios e demonstrativos para o governo, com conhecimentos sobre princípios contábeis e sobre legislação societária;
- implantação de sistemas de controle que tenham como objetivos, entre outros, salvaguardar adequadamente seus ativos e avaliação econômica e financeira das empresas.

O Curso possibilitará ainda, conforme prevê a Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Contábeis, a formação profissional que revele as seguintes competências e habilidades:

- a) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- b) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

- c) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- d) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- e) desenvolver com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- f) exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- g) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- h) exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

3.8 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

O currículo do Curso de Ciências Contábeis prevê disciplinas condizentes com as sete áreas de concentração, visando o entendimento e a infraestrutura necessários aos acadêmicos para que os mesmos possam ter capacidade de atingir os objetivos do curso no decorrer da sua matriz curricular.

3.9 METODOLOGIA

Norteadas pelo princípio de formar, mais do que informar, a Faculdade Guarapuava concretiza uma filosofia humanística em toda a sua trajetória histórica. Fundamenta-se em uma concepção educacional que promove a formação e a emancipação humana e profissional, cuja proposta é a de desenvolver um trabalho orientado para o pleno exercício da cidadania, com vistas à habilitação de profissionais éticos, críticos e empreendedores, culturalmente preparados e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e humana. Visa à formação de indivíduos com perfil diferenciado e alto grau de excelência e conhecimento.

Nas Diretrizes Pedagógicas, há recomendações especiais para alguns “aspectos” relacionados às práticas pedagógicas, e com a sua abrangência, destacando-se os seguintes pontos:

- substituição do modelo de planejamento do ensino para planejamento de aprendizagens;
- efetivação de linhas de pesquisa que promovam a articulação entre as aprendizagens desenvolvidas na graduação e na pós-graduação;
- priorização do uso de variados procedimentos de ensino nos cursos de graduação;
- ampliação do uso de recursos tecnológicos que facilitem a aprendizagem dos alunos;
- acompanhamento dos procedimentos para a elaboração, utilização e avaliação dos planos de aprendizagem;
- ênfase no profissionalismo, refletida no comportamento de alunos e professores, nos currículos, nos métodos de ensino e na integração do grupo à comunidade, à cidade e ao mundo profissional;
- ênfase no desenvolvimento de elevado potencial de inserção no mercado de trabalho e de atitudes, comportamentos e habilidades que permitam a formação de um profissional empreendedor, flexível e capaz de se adaptar às mudanças.

Desenvolver a capacidade do “aprender a aprender” pressupõe possibilidades para o desenvolvimento de habilidades em que o discente possa esboçar um planejamento prévio do trabalho, resolver exercícios aplicados a cada subárea focada, intercambiar informações e idéias próprias, comparar suas conclusões com as dos demais colegas, desenvolver programas auto-instrucionais, exercitar a leitura de manuais e demais recursos utilizados no mundo produtivo.

Sabe-se que a organização curricular, envolve questões que propiciam a interdisciplinaridade e a transversalidade, além de uma formação consistente para a atuação no mundo de trabalho. Há necessidade de relacionar as competências do perfil profissional desejado às atividades de ensino-aprendizagem. Estas devem focar o desenvolvimento de habilidades do estudante, que incluem a organização de dados e ações, a organização prévia de um plano de estudos, exercícios de aplicação, práticas de acompanhamento, controle de resultados e intercâmbio de informações.

São atividades que envolvem o estudante em um intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, ancorados na reflexão – ação – reflexão, como resolução de problemas; pesquisa e experiências em laboratório; projetos livres e dirigidos; debates e visitas técnicas orientadas; workshops e oficinas, permitindo o trabalho em projetos simulados e de casos reais.

Há necessidade, também, de atividades que desenvolvam competências atitudinais e habilidades interpessoais, que devem ser implementadas por meio de trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão.

3.10 ESTRUTURA CURRICULAR

Na construção do projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis a implementação do currículo do curso utilizou-se a sequência abaixo:

- Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI
- Projeto Político pedagógico Institucional – PPI

- Projeto Pedagógico do Curso – PPC
- Matriz Curricular do Curso
- Núcleo Docente Estruturante

Desta forma, o planejamento curricular é um processo contínuo de amadurecimento devendo ser revisto periodicamente com base nos dados da IES, bem como do mercado.

São realizadas reuniões periódicas com a Direção, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Núcleo de Apoio e Orientação Psicoeducacional com a intenção de nortear as áreas de concentração a que se dispõe o curso, bem como embasar todos os processos de gestão acadêmica e de gestão do ensino e da aprendizagem.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS CONFORME DIRETRIZES

A matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis foi disposta de forma a atender as diretrizes curriculares apresentando 49% de seus componentes curriculares distribuídos em formação profissional e teórico-prática. Para a formação básica foram programados 35% dos componentes curriculares divididos entre as áreas de administração, direito, economia, métodos quantitativos, matemática e estatística.

Foram reservados também 2% dos componentes curriculares para disciplinas optativas, as quais estão separadas em grupos de formação básica e formação profissional, como também, o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares compõem 14% da matriz curricular do curso. Haverá, sempre que necessário, a atualização dos componentes curriculares através de resoluções do colegiado do curso, o qual verificará a importância e a atualização dos seus conteúdos.

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Horas Curriculares	Hora Aula	Hora Relógio	Distribuição de acordo com as Diretrizes Curriculares
Formação Básica	1.360	1.134	35
Formação Profissional	1.600	1.334	41
Disciplinas Optativas	80	68	2
Formação Teórico-Prática (Laboratório Contábil e TCC)	320	268	8
Estágio Supervisionado	300	300	8
Atividades Complementares	240	240	6
Carga Horária Total do Curso	3.900	3.344	100%

Fonte: Autores (2014).

3.12 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA**QUADRO 3 – FORMAÇÃO BÁSICA**

Denominação da Disciplina	Créditos	Horas Aula Semestral	Horas Relógio Semestral
PRIMEIRO SEMESTRE			
Formação básica			
Fundamentos de Administração	4	80	68
Língua Portuguesa	4	80	68
Matemática	4	80	68
Fundamentos de Economia	2	40	34
Métodos e Técnicas de Pesquisa	2	40	34
SEGUNDO SEMESTRE			
Formação básica			
Instituições de Direito Público e Privado	4	80	68
Português Instrumental	4	80	68
Matemática Aplicada	4	80	68
Macroeconomia	2	40	34
Comportamento Organizacional	2	40	34

TERCEIRO SEMESTRE			
Formação básica			
Estatística Aplicada	4	80	68
Direito Empresarial	4	80	68
Microeconomia	4	80	68
QUARTO SEMESTRE			
Formação básica			
Métodos Quantitativos	4	80	68
Matemática Financeira	4	80	68
Direito Trabalhista e Social	4	80	68
QUINTO SEMESTRE			
Formação básica			
Direito Tributário	4	80	68
Gestão de Pessoas	2	40	34
SEXTO SEMESTRE			
Formação básica			
Planejamento Estratégico	4	80	68
SÉTIMO SEMESTRE			
Direito Administrativo	2	40	34
OITAVO SEMESTRE			
Formação básica			
Comércio Internacional	2	40	34
Disciplinas Optativas			
Optativa I	2	40	34
Optativa II	2	40	34
DISCIPLINAS OPTATIVAS			
Formação básica			
Administração da Produção	2	40	34
Administração de Projetos	2	40	34
Antropologia Aplicada	2	40	34
Atualização de Direito Tributário	2	40	34
Direito do Consumidor	2	40	34

Economia Brasileira	2	40	34
Filosofia Aplicada	2	40	34
Fundamentos de Marketing	2	40	34
Gestão Ambiental	2	40	34
Língua Brasileira de Sinais - (LIBRAS)	2	40	34
Programas de Responsabilidade Social	2	40	34
Psicologia Aplicada	2	40	34
Sociologia Aplicada	2	40	34

Fonte: Autores (2014).

3.13 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

QUADRO 4 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Denominação da Disciplina	Créditos	Horas Aula Semestral	Horas Relógio Semestral
PRIMEIRO SEMESTRE			
Formação profissional			
Contabilidade Introdutória	4	80	68
SEGUNDO SEMESTRE			
Formação profissional			
Contabilidade Comercial	4	80	68
TERCEIRO SEMESTRE			
Formação profissional			
Sistemas de Informações Contábeis	2	40	34
Análise das Demonstrações Contábeis	2	40	34
Contabilidade Intermediária	4	80	68
QUARTO SEMESTRE			
Formação profissional			
Contabilidade de Custos	4	80	68
Contabilidade Avançada	4	80	68

QUINTO SEMESTRE			
Formação básica			
Formação profissional			
Contabilidade Governamental	4	80	68
Elaboração de Orçamentos	2	40	34
Análise de Custos	4	80	68
SEXTO SEMESTRE			
Formação profissional			
Pesquisa em Contabilidade	2	40	34
Contabilidade e Planejamento Tributário	4	80	68
Contabilidade Decisória e Logística	4	80	68
Contabilidade Rural I	4	80	68
SÉTIMO SEMESTRE			
Formação profissional			
Auditoria e Perícia Contábil	4	80	68
Contabilidade Rural II	4	80	68
Ética Geral e Profissional	2	40	34
Gestão Empreendedora e Organização de Empresa Contábil	2	40	34
Estratégia Financeira	4	80	68
Mercado Financeiro e de Capitais	2	40	34
OITAVO SEMESTRE			
Formação profissional			
Teoria da Contabilidade	4	80	68
Plano de Negócios e Estudo de Viabilidade	2	40	34
Controladoria	4	80	68
Jogos de Empresa	2	40	34
Disciplinas Optativas			
Optativa I	2	40	34
Optativa II	2	40	34

DISCIPLINAS OPTATIVAS			
Formação profissional			
Avaliação de Empresas	2	40	34
Contabilidade de Sociedades Cooperativas	2	40	34
Contabilidade das Profissões Liberais	2	40	34
Contabilidade do Terceiro Setor	2	40	34
Contabilidade Socioambiental	2	40	34
Contabilidade Internacional	2	40	34
Contabilometria	2	40	34
Governança Corporativa	2	40	34
Noções de Atuária para Contadores	2	40	34
Perícia Judicial, Atuarial e Arbitragem	2	40	34
Tópicos Especiais em Agronegócio	2	40	34
Tópicos Especiais em Auditoria	2	40	34
Tópicos Especiais em Controladoria	2	40	34

Fonte: Autores (2014).

3.14 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

QUADRO 5 – FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

Denominação da Disciplina	Créditos	Horas Aula Semestral	Horas Relógio Semestral
QUINTO SEMESTRE			
Formação teórico-prática			
Laboratório Contábil I	4	80	68
SEXTO SEMESTRE			
Formação teórico-prática			
Estágio Supervisionado I	7	150	150
Laboratório Contábil II	4	80	68

SÉTIMO SEMESTRE			
Formação teórico-prática			
Estágio Supervisionado II	7	150	150
Trabalho de Conclusão de Curso I	4	80	68
OITAVO SEMESTRE			
Formação teórico-prática			
Trabalho de Conclusão de Curso II	4	80	68

Fonte: Autores (2014).

3.15 MATRIZ CURRICULAR

QUADRO 6 – MATRIZ CURRICULAR

Denominação da Disciplina	Créditos	H/A Semestral	H/ Relógio Semestral	Pré-requisito (se for o caso)
PRIMEIRO SEMESTRE				
Formação básica				
Fundamentos de Administração	4	80	68	
Língua Portuguesa	4	80	68	
Matemática	4	80	68	
Fundamentos de Economia	2	40	34	
Métodos e Técnicas de Pesquisa	2	40	34	
Formação profissional				
Contabilidade Introdutória	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Total da Matriz Curricular no semestre	20	400	340	
SEGUNDO SEMESTRE				
Formação básica				
Instituições de Direito Público e Privado	4	80	68	
Português Instrumental	4	80	68	
Matemática Aplicada	4	80	68	
Comportamento Organizacional	2	40	34	
Macroeconomia	2	40	34	

Formação profissional				
Contabilidade Comercial	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Total da Matriz Curricular no semestre	20	400	340	
TERCEIRO SEMESTRE				
Formação básica				
Estatística Aplicada	4	80	68	
Direito Empresarial	4	80	68	
Microeconomia	4	80	68	
Formação profissional				
Sistemas de Informações Contábeis	2	40	34	
Análise das Demonstrações Contábeis	2	40	34	
Contabilidade Intermediária	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Total da Matriz Curricular no semestre	20	400	340	
QUARTO SEMESTRE				
Formação básica				
Métodos Quantitativos	4	80	68	
Direito Trabalhista e Social	4	80	68	
Matemática Financeira	4	80	68	
Formação profissional				
Contabilidade de Custos	4	80	68	
Contabilidade Avançada	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Total da Matriz Curricular no semestre	20	400	340	
QUINTO SEMESTRE				
Formação básica				
Gestão de Pessoas	2	40	34	
Direito Tributário	4	80	68	
Formação profissional				
Contabilidade Governamental	4	80	68	
Elaboração de Orçamentos	2	40	34	
Análise de Custos	4	80	68	

Formação teórico-prática				
Laboratório Contábil I	4	80	68	
Total da Matriz Curricular no semestre	20	400	340	
SEXTO SEMESTRE				
Formação básica				
Planejamento Estratégico	2	40	34	
Formação profissional				
Pesquisa em Contabilidade	2	40	34	
Contabilidade Decisória e Logística	4	80	68	
Contabilidade e Planejamento Tributário	4	80	68	
Contabilidade Rural I	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Estágio Supervisionado I	7	150	150	Extraclasse
Laboratório Contábil II	4	80	68	Laboratório Contábil I
Total da Matriz Curricular no semestre	27	550	490	
SÉTIMO SEMESTRE				
Formação básica				
Direito Administrativo	2	40	34	
Formação profissional				
Ética Geral e Profissional	2	40	34	
Gestão Empreendedora e Organização de Empresa Contábil	2	40	34	
Estratégia Financeira	4	80	68	
Auditoria e Perícia Contábil	4	80	68	
Mercado Financeiro e de Capitais	2	40	34	
Contabilidade Rural II	4	80	68	
Formação teórico-prática				
Estágio Supervisionado II	7	150	150	Estágio Supervisionado I - Extraclasse
Trabalho de Conclusão de Curso I	4	80	68	Extraclasse
Total da Matriz Curricular no semestre	31	630	558	

OITAVO SEMESTRE				
Formação básica				
Comércio Internacional	2	40	34	
Formação profissional				
Teoria da Contabilidade	4	80	68	
Plano de Negócios e Estudo de Viabilidade	4	80	68	
Controladoria	4	80	68	
Jogos de Empresa	2	40	34	
Disciplinas Optativas				
Optativa I	2	40	34	
Optativa II	2	40	34	
Formação teórico-prática				
Trabalho de Conclusão de Curso II	4	80	68	Trabalho de Conclusão de Curso I - Extraclasse
Total da Matriz Curricular no semestre	24	480	408	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Formação básica				
Administração da Produção	2	40	34	
Administração de Projetos	2	40	34	
Antropologia Aplicada	2	40	34	
Atualização de Direito Tributário	2	40	34	
Direito do Consumidor	2	40	34	
Economia Brasileira	2	40	34	
Filosofia Aplicada	2	40	34	
Fundamentos de Marketing	2	40	34	
Gestão Ambiental	2	40	34	
Língua Brasileira de Sinais - (LIBRAS)	2	40	34	
Psicologia Aplicada	2	40	34	
Sociologia Aplicada	2	40	34	
Formação profissional				
Avaliação de Empresas	2	40	34	
Contabilidade de Sociedades Cooperativas	2	40	34	

Contabilidade das Profissões Liberais	2	40	34	
Contabilidade do Terceiro Setor	2	40	34	
Contabilidade Socioambiental	2	40	34	
Contabilidade Internacional	2	40	34	
Contabilometria	2	40	34	
Governança Corporativa	2	40	34	
Noções de Atuária para Contadores	2	40	34	
Perícia Judicial, Atuarial e Arbitragem	2	40	34	
Tópicos Especiais em Agronegócio	2	40	34	
Tópicos Especiais em Auditoria	2	40	34	
Tópicos Especiais em Controladoria	2	40	34	

Fonte: Autores (2014).

QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

Horas Curriculares		Hora Aula	Hora Relógio
Formação Básica		1.360	1.134
Formação Profissional		1.600	1.334
Disciplinas Optativas		80	68
Formação Teórico-Prática		320	268
Estágio Supervisionado		300	300
Total de Horas Curriculares		3.660	3.104
Horas Extra-Curriculares		3.660	3.104
Atividades Complementares		240	240
Carga Horária Total do Curso		3,900	3.344

Fonte: Autores (2014)

3.16 DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS

A descrição das disciplinas bem como suas cargas horárias, ementas e bibliografias estão dispostas em material complementar.

3.16.1 Proposta de novos componentes curriculares optativos

Os componentes curriculares optativos deverão ser atualizados constantemente. Sempre que necessário serão discutidos no colegiado que de tempos em tempos decidirá se mantém o rol apresentado ou se alterará com a finalidade de atualização do aprendizado.

3.17 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado tem por objetivo permitir aos alunos um contato com a realidade do mercado de trabalho e fazer com que os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula possam ser aplicados na prática. Sabe-se que o Curso de Ciências Contábeis deve zelar pelo pragmatismo de sua grade curricular.

O estágio curricular supervisionado é regulamentado por legislação própria, com acompanhamento do professor supervisor que se responsabiliza pelo desempenho do estagiário, visando ao melhor aproveitamento deste e para auxiliá-lo na execução de suas tarefas. Embora muitas empresas manifestem resistência em receber estagiários, com receio de que dados confidenciais possam ser divulgados, aos poucos essa resistência está sendo vencida. Há casos de empresas que procuram por estagiários.

Além do mais, permitir com que os alunos tenham a oportunidade de fazer um estágio é permitir também com que muitos encontrem o seu primeiro emprego como profissionais.

Apresenta-se o Regulamento de Estágio Supervisionado anexado ao PPC.

3.18 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

A elaboração do TCC é uma exigência curricular e é realizada sob a orientação de professores especialmente designados para tal finalidade. Os alunos aplicam na elaboração do TCC todos os conhecimentos adquiridos durante

a formação, desenvolvendo desta forma sua capacidade de elaboração de trabalhos científicos e aprimorando sua capacidade de se expressar por escrito.

Para a realização do TCC, o aluno deve seguir as recomendações descritas no Regulamento próprio para os Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis. Tal regulamento está disponibilizado em anexo ao PPC.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

Coordenação do Curso

Nome: Valdir Michels

Data de Admissão: 01/08/2013

Regime de Trabalho: Integral

Titulação: Doutor

O Coordenador do Curso possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria(1972), graduação em Economia pela Universidade Federal de Santa Maria(1973), especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá(1988), mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo(1995) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo(2000). Atualmente é DIRETOR CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS da Universidade Estadual do Centro-Oeste e Coordenador de curso da Faculdade Guarapuava. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis. Atuando principalmente nos seguintes temas: GESTÃO FINANCEIRA, FORMAÇÕES DE CAPITAL, COMPETITIVIDADE DE COOPERATIVAS.

Formação Acadêmica

1995 - 2000

Doutorado em Controladoria e Contabilidade (Conceito CAPES 6).

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Título: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA APLICADAS A SOCIEDADES COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, Ano de obtenção: 2000.

Orientador: DR JOSÉ CARLOS MARION.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Palavras-chave: GESTÃO FINANCEIRA; FORMAÇÕES DE CAPITAL;
COMPETITIVIDADE DE COOPERATIVAS.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea:
Ciências Contábeis / Especialidade: Cooperativismo.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea:
Ciências Contábeis / Especialidade: Gestão Financeira.

1991 - 1995

Mestrado em Controladoria e Contabilidade (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Título: CONTABILIDADE E GESTÃO EM COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA, Ano de Obtenção: 1995.

Orientador: DR JOSÉ CARLOS MARION.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Palavras-chave: SISTEMA DE INFORMAÇÕES; AUTOGESTÃO; FORMAÇÕES
DE CAPITAL.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea:
Ciências Contábeis / Especialidade: Cooperativismo.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea:
Ciências Contábeis / Especialidade: Gestão Financeira.

1987 - 1988

Especialização em Contabilidade Gerencial.

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

1970 - 1973

Graduação em Economia.

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.

1969 - 1972

Graduação em Agronomia.

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.

Formação Profissional

Faculdades Guarapuava, UNIGUA, Brasil.

2013 - Atual

Vínculo: Enquadramento Funcional: Coordenador de curso, Carga horária: 40 horas.

Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Brasil.

1998 - 2013

Vínculo: Servidor público ou celetista, Enquadramento Funcional: DIRETOR CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

1993 - 2013

Vínculo: Aposentado, Enquadramento Funcional: Professor titular.

1989 - 1991

Vínculo: Servidor público ou celetista, Enquadramento Funcional: CHEFE DEPARTAMENTO.

1984 - 1990

Vínculo: Servidor público ou celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

1998 - 2013

Direção e administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis.

Cargo ou função: DIRETOR CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

1984 - 2013

Ensino. Disciplinas ministradas: CONTABILIDADE RURAL; CONTABILIDADE GERAL; CONTABILIDADE PÚBLICA; TEORIA ECONÔMICA.

3/1999 - 12/1999

Ensino, Contabilidade E Controladoria, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1989 - 1991

Direção e administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis. Cargo ou função: CHEFE DEPARTAMENTO.

Cooperativa Frio. Santa Bárbara, COOPERATIVA FRIO, Brasil.**1975 - 1980**

Vínculo: Servidor público ou celetista, Enquadramento Funcional: GERENTE TÉCNICO.

1975 - 1980

Direção e administração. Cargo ou função: GERENTE TÉCNICO.

4.1.2 Dedicção do Coordenador à Administração do Curso

A dedicação do coordenador é de 40 horas semanais.

4.1.3 Atuação do Coordenador

De acordo com o Regimento da Instituição, são atribuições do Coordenador de Curso:

- I. Superintender todas as atividades do Curso;
- II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

- III. Acompanhar e supervisionar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente e técnico-administrativo;
- V. Encaminhar ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência dos alunos;
- VI. Promover periodicamente a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente;
- VII. Encaminhar proposta para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, programas de extensão e eventos extracurriculares;
- VIII. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptação de alunos, ouvidos os professores das disciplinas;
- IX. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

4.1.4 Participação do Coordenador do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES

O Coordenador tem representação no Conselho de Administração e na presidência do Colegiado de Curso, além da Coordenação do Núcleo Docente Estruturante.

4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante é composto por 6 docentes do quadro de professores previstos para os dois primeiros anos do curso sendo 1 doutor, 4 mestres e 1 professor especialista.

A experiência profissional dos docentes do NDE pode ser resumida da seguinte forma:

- Experiência na docência: no mínimo 3 anos e no máximo 30 anos.

- Experiência fora do magistério: no mínimo de 7 anos e no máximo de 15 anos.

QUADRO 8 – NDE: TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Professor	Titulação	Experiência Profissional fora do magistério	Experiência Profissional de Magistério
Daniel Tille Gaertner	Mestre	8 anos	6 anos
Janete Probst Munhoz	Mestre	16 anos	10 anos
Rita Maria Valente Gonçalves	Mestre	7 anos	15 anos
Marcos José Novakoski	Mestre	15 anos	11 anos
Sandro Castilho	Especialista	15 anos	3 anos
Valdir Michels	Doutor	7 anos	30 anos

Fonte: Autores (2014).

4.2.1 Composição do NDE

QUADRO 9 – NDE: COMPOSIÇÃO

Professor	Titulação
Daniel Tille Gaertner	Mestre
Janete Probst Munhoz	Mestre
Rita Maria Valente Gonçalves	Mestre
Marcos José Novakoski	Mestre
Sandro Castilho	Especialista
Valdir Michels	Doutor

Fonte: Autores (2014).

4.2.2 Titulação e formação acadêmica do NDE

A titulação dos professores é composta por 80% de mestres e 20% de especialistas.

QUADRO 10 – NDE: TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Professor	Titulação	Formação Acadêmica
Daniel Tiller Gaertner	Mestre	Graduação: Direito – Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava Mestrado: Ciências Sociais Aplicadas - UEPG
Janete Probst Munhoz	Mestre	Graduação: Relações Internacionais – Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava Mestrado: Desenvolvimento Econômico - UFPR
Rita Maria Valente Gonçalves	Mestre	Graduação: Ciências Contábeis – UNICENTRO Comunicação Social – PUC/PR Mestrado: Engenharia Florestal - UFPR
Marcos José Novakoski	Mestre	Graduação: Matemática e Ciências Contábeis – UNICENTRO Mestrado: Métodos Numéricos – UNICENTRO/UFPR
Sandro Castilho	Especialista	Graduação: Ciências Contábeis – UNICENTRO Especialização: MBA Executivo em Administração – Faculdade Campo Real
Valdir Michels	Doutor	Graduação: Economia - UNICRUZ Agronomia – UFSM Doutorado: Controladoria e Contabilidade - USP

Fonte: Autores (2014).

4.2.3 Regime de trabalho do NDE

O regime de trabalho do Núcleo é de 50% de docentes em regime parcial, isto é, 3 professores e 2 professores com tempo integral.

QUADRO 11 – NDE: REGIME DE TRABALHO

Professor	Regime
Daniel Tille Gaertner	Parcial
Janete Probst Munhoz	Parcial
Rita Maria Valente Gonçalves	Integral
Marcos José Novakoski	Parcial
Sandro Castilho	Parcial
Valdir Michels	Integral

Fonte: Autores (2014).

4.3 COLEGIADO DO CURSO

4.3.1 Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso

Regulamentado nos artigos 17 a 20 do Regimento da IES e em consonância com o PDI, o Colegiado do curso tem como principal função as tarefas executivas. Para tanto, é composto pelo coordenador, docentes e representante discente, os quais deverão:

- a) acompanhar as atividades acadêmicas e pedagógicas no âmbito do curso;
- b) avaliar o processo educacional, sugerindo metodologias e recursos auxiliares, objetivando o maior desenvolvimento possível das competências profissionais previstas;
- c) elaborar propostas de reformulações curriculares a ser em submetidas à apreciação da Diretoria;

- d) deliberar sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, para posterior decisão do Conselho de Administração;
- e) aprovar os programas e planos de ensino dos componentes curriculares.
- f) distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades de cada docente;
- g) opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente, quando solicitado;
- h) aprovar o plano anual de atividades do curso, elaborado pela coordenadora;
- i) exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento da IES.

4.3.2 Participação do Coordenador, dos Docentes e Discentes no Colegiado do Curso

Regimentalmente, o Curso é constituído por um Colegiado, para as funções deliberativas e por uma Coordenação, para as tarefas executivas. São membros deste Colegiado: o Coordenador, os professores do Curso, e um representante discente, pelos seus pares.

O Colegiado se reúne ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que a situação exigir.

Da mesma forma, o Coordenador convoca reuniões periódicas com os professores, para tratar de assuntos diversos: aproveitamento dos alunos, metodologia das aulas, integração das diversas disciplinas, dentre outros. Todas as reuniões seguem uma pauta e dão origem a uma ata, lida e, se aprovada, assinada pelos presentes.

4.3.3 Atuação do Colegiado do Curso

Os membros do colegiado tomarão todas as decisões pertinentes ao curso. O curso prevê reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias, quando se fizerem necessárias.

4.3.4 Apoio Técnico-Administrativo e Didático-Pedagógico aos Docentes

A secretaria das Coordenações conta com uma colaboradora, além da Secretária Geral, que prestam apoio técnico-administrativo aos docentes e aos alunos. Quanto ao apoio didático-pedagógico, este é suprido pelo Núcleo de Apoio e Orientação Psicopedagógica, em contatos formais e/ou informais.

4.4 POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

A Instituição entende que o corpo docente de qualquer estabelecimento de ensino é determinante para o sucesso de uma proposta educacional. Em razão disso, o professor deve receber atenção especial, por meio de políticas de aperfeiçoamento e reconhecimento da titulação acadêmica, produção científica e tempo de serviço na atual função.

Os professores da Faculdade Guarapuava contam com um Plano de Carreira Docente, bem como com um Plano Institucional de Capacitação, as quais regulam as condições de admissão, dispensa, direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do magistério superior da IES. Os critérios para ingresso e ascensão na carreira estão claramente definidos no referido plano. Os critérios de promoção às categorias e níveis de professores privilegiam a titulação acadêmica, a experiência profissional e o tempo de serviço na Instituição.

4.4.1 Ações de Capacitação

O Plano Institucional de Capacitação (PIC) tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e administração da Faculdade Guarapuava, por meio de cursos de Pós-Graduação, Graduação, treinamento e atualização profissional, voltados para sua comunidade interna, oportunizando aos seus professores e também ao pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou atualização de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

4.4.2 Admissão de Docentes

A admissão de professor no quadro docente é precedida de análise do currículo, avaliação de seu desempenho através de prova escrita e didática por banca examinadora, da qual participam pelo menos três professores do curso ou área.

4.4.3 Estímulos e Incentivos Profissionais

As formas de incentivo, previstas no PIC, são: bolsa-auxílio parcial para cursos de pós-graduação (*stricto e lato sensu*); concessão de auxílio mensal para custeio parcial de despesas com qualificação profissional; concessão de auxílio mediante pagamento de inscrição, transporte, hospedagem, alimentação, para que professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios; oferta de cursos de treinamento e atualização profissional com gratuidade parcial ou integral, a professores e funcionários; divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais, bolsa-auxílio aos dependentes dos professores e funcionários.

4.4.4 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes

Os Encontros Pedagógicos antecedem o início de cada semestre letivo e se constituem importante espaço de discussão, aprofundamento e planejamento das atividades, permitindo a interação entre os professores das diversas áreas, para troca de experiências e construção coletiva de projetos, oportunizando também aos professores, palestras e minicursos, para o aperfeiçoamento profissional.

Em se tratando de momento de encontro e de interação pedagógica, são repassadas instruções, feitas recomendações válidas para o semestre vigente e reorganizados os planejamentos semestrais. Atribui-se especial atenção aos professores iniciantes, que têm, após o encontro pedagógico, colóquio individual com a Coordenação do NAOP.

Ao longo dos semestres letivos, o referido Núcleo presta apoio aos docentes, orientando-os com relação às suas práticas pedagógicas e no que se refere a todos os aspectos da docência e dos seus respectivos encargos.

4.4.5 Incumbência do Corpo Docente

Em conformidade com LDB 9394/96, Art. 13, os docentes da Faculdade Guarapuava deverão incumbir-se de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

5 ATENÇÃO AOS DISCENTES

5.1 SERVIÇO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Para atendimento ao corpo discente, a Faculdade Guarapuava dispõe de estrutura privilegiada, com setores acadêmicos e administrativos já organizados e em completo funcionamento. No que diz respeito ao espaço físico, os estudantes contam com Coordenação pedagógica própria, salas de aula com blocos de interligação com outros cursos, laboratórios de informática, biblioteca básica e complementar, salas para estudos em grupos, cabines multimídia individuais, secretaria para auxílio acadêmico, cantina e área de lazer. No que diz respeito ao atendimento pedagógico, os discentes contam com orientações sobre o processo de ensino-aprendizagem, sobre a apreensão de conteúdos teóricos, formação de grupos de estudos, elaboração de projetos de iniciação científica, voltados para a pesquisa e extensão, acompanhamento em atividades extraclasse e cumprimento de agenda acadêmica que permite a compreensão dos processos de interação social e de diversidade cultural.

A Faculdade Guarapuava dispõe, também, do Núcleo de Apoio e Orientação Psicopedagógica, que oferece aos acadêmicos atendimento individualizado e/ou em grupo, com a finalidade de eliminar dúvidas com relação ao processo pedagógico, sanar dificuldades de relacionamento entre os alunos e na relação professor/aluno. Responde por este Núcleo uma pedagoga, com Mestrado em Educação.

Quanto à orientação e apoio aos discentes, os mesmos são oferecidos constantemente, na forma de encontros individuais, em duplas ou em grupos, procurando-se atender às necessidades e reclamos apresentados.

5.2 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

A Faculdade Guarapuava possui um processo seletivo sério e de qualidade. Apesar do modelo de vestibular, há situações ocasionais de disparidade no meio discente, frequentemente herdadas de níveis de ensino anteriores.

Ao identificar-se a necessidade de reforço em um componente curricular, a instituição, através dos docentes do curso de Recursos Humanos, oportuniza aos acadêmicos mecanismos regulares de correção de deficiências educacionais básicas.

Nestes casos, a supressão das deficiências ocorre através de atendimento individual, executado pelo professor da disciplina, em momentos ajustados entre professor e aluno.

5.3 BOLSAS DE ESTUDO

A Faculdade Guarapuava oferece aos acadêmicos dos diversos cursos um sistema de Bolsas de Estudo, por meio de convênio de cooperação técnica, com empresas, oferecendo descontos de 15 a 30% nas mensalidades.

De igual modo, são disponibilizadas bolsas de estudos a acadêmicos que justifiquem sua real necessidade financeira, desde que apresentem desempenho escolar condizente e, também, durante as campanhas para os concursos vestibulares são anunciados possíveis descontos nas mensalidades, que variam de 10 a 30%.

A Instituição oferecerá, ainda, bolsas de estudos de até 30% aos acadêmicos interessados em programas de monitoria e presente implementar a oferta de bolsas para iniciação científica e extensão.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os cursos de Graduação da Instituição contam com um rol de Atividades Complementares, intencionalmente planejadas para propiciar ao aluno a

oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular, no desenvolvimento do seu currículo.

As atividades complementares podem ser desenvolvidas em quatro níveis:

- a) como instrumento de extensão universitária, permitindo ao aluno sua integração com a realidade social, econômica e do trabalho que envolve sua área/curso;
- b) como instrumento para o ensino;
- c) como instrumento de iniciação à pesquisa;
- d) como instrumento de prática profissional.

São entendidas como Atividades Complementares as seguintes modalidades: programas especiais de capacitação do estudante; atividades laboratoriais além das já previstas no padrão turma/horas-aula; atividades de extensão; monitoria; atividades de pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; atividades acadêmicas a distância; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos ou externos à Instituição; estudos de casos; viagens de estudos; estudos desenvolvidos em empresas juniores; projetos de extensão; publicação de produção científica; módulos temáticos (com ou sem avaliação); disciplinas oferecidas por outros cursos e/ou unidades de ensino e não previstas no currículo pleno do curso; visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais; trabalhos orientados de campo; estágios em laboratórios; cursos realizados em outras áreas afins; cursos livres (como, por exemplo, informática e idiomas); integração com cursos correlatos à área; participação em eventos científicos em áreas afins; outras atividades definidas no Projeto Pedagógico de cada curso. As Atividades Complementares na Faculdade Guarapuava são regulamentadas por deliberação própria, aprovada pelo Conselho de Administração.

5.5 POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO COM AS EMPRESAS

O relacionamento estreito entre as empresas e a Faculdade Guarapuava (FG) tem uma importância significativa na estruturação e no desenvolvimento

dos Cursos Superiores. Este relacionamento objetiva ganhos institucionais, possibilitando a inserção de alunos como estagiários nas empresas, parcerias, visitas e prestação de serviços.

Para o atendimento destas questões, o Núcleo de Estágios da Faculdade com o apoio do e identificação das necessidades do mercado de trabalho, onde são desenvolvidos projetos e estudos de caráter interdisciplinar, contribuem para o desenvolvimento dos alunos e para a solução de problemas propostos e ou advindo das empresas, intuições e comunidade.

Em se tratando de operacionalização de estágios, a experiência acumulada pelo Núcleo de Estágios facilita a articulação com as empresas, uma vez que os objetivos do Núcleo estão claramente definidos:

- a) capacitar profissionalmente o aluno para o eficiente desenvolvimento de sua profissão, preparando-o para o mundo do trabalho;
- b) oportunizar a reflexão sobre os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- c) proporcionar possibilidades de desenvolvimento de habilidades no espaço em que atuarão, assimilando novos conhecimentos e interagindo no meio profissional;
- d) despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa, aplicados às situações concretas do exercício profissional;
- e) incentivar o desenvolvimento de talentos profissionais, competências e habilidades individuais;
- f) promover a integração e a cooperação entre a Faculdade Guarapuava e o mercado de trabalho.

5.6 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O propósito primordial da seleção do estágio não obrigatório é oportunizar, entre os interessados a partir da linha educacional desta Instituição, a integração do ensino teórico com a prática. A Faculdade Guarapuava coloca à disposição de seus

acadêmicos, o estágio não obrigatório, com a finalidade de possibilitar o ingresso nas atividades relativas ao curso de seu interesse.

A formação de acadêmicos com perfil diferenciado inclui a possibilidade do acadêmico ser inserido no mercado de trabalho, trazendo desde já a experiência que lhe será extremamente útil para a vida profissional, sendo este o fim principal do Estágio Não Obrigatório.

A qualificação dos acadêmicos, mediante a realização do estágio não obrigatório, é de grande valia, pois o mesmo oferece o conhecimento prático do aprendizado teórico, sendo formador do espírito crítico, vivenciando assim os acadêmicos, o futuro profissional.

O Estágio Não Obrigatório pode ser realizado por acadêmicos regularmente matriculados desde que não cause prejuízo às atividades regulares do curso. A realização de Estágio Não Obrigatório, por acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, dar-se-á com a ciência do Núcleo de Estágios e, na falta deste, do Coordenador de Curso e pode ser realizado desde o 1º período do curso, desde que esteja regularmente matriculado e que o estágio se realize nas empresas conveniadas com a IES.

A operacionalização do Estágio Não Obrigatório ocorre através do Núcleo de Estágios, o qual fará os procedimentos formais para a realização do mesmo. No que se refere à inscrição, cadastramento, seleção, programação, supervisão e avaliação do Estágio Não Obrigatório, será realizado pelas empresas concedentes em conjunto com o Núcleo de Estágios.

As atividades previstas para o Estágio Não Obrigatório deverão estar relacionadas à especificidade do Curso, de forma a garantir o aprimoramento da formação acadêmica e profissional.

A carga horária do estágio poderá ser computada como horas de atividades complementares.

O estágio deverá ser documentado e seus comprovantes arquivados no Núcleo de Estágios da IES, em conformidade com a Lei 11788, de 25 de setembro de 2008.

5.7 PROJETOS DE EXTENSÃO

A Faculdade Guarapuava oportuniza aos acadêmicos semanas de estudos, visitas técnicas, mesas redondas, palestras, dentre outras.

O Curso de Ciências Contábeis procura disponibilizar em suas semanas de estudos e dentro das parcerias com empresas conveniadas, cursos de extensão nas principais áreas de atuação, bem como de áreas afins oferecidas pelos diversos cursos da IES.

A Faculdade Guarapuava, através de sua Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão participa de vários projetos conveniados quanto à Projetos de Responsabilidade Social de entidades públicas e privadas. Com isso, o Curso de Recursos Humanos está no rol dos cursos que fazem os trabalhos desenvolvidos com etnias e educação especial: Formando em Rede e LIBRAS, bem como os demais propostos pela COPPEX.

Todos os semestres a Faculdade Guarapuava disponibiliza aos entrantes o Projeto Conhecendo Libras da Professora Martha Gomes do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

O Curso de Ciências Contábeis prevê ainda cursos de extensão nas principais áreas de atuação, bem como de áreas afins oferecidas pelos diversos cursos da IES. Para tanto, tem parceria com os principais órgãos de contabilidade do município e empresas de produtos contábeis.

5.8 PROGRAMA DE MONITORIA

A Faculdade Guarapuava, em 21 de outubro de 2003, por meio da Deliberação nº 05/2003, referendada pela Deliberação nº 07/2009, instituiu o exercício da monitoria para os cursos da IES.

O Curso de Ciências Contábeis, bem como os demais cursos da IES, entendem que a Monitoria tem como finalidade manter um sistema, na Instituição, em que haja interação e participação democrática de todos os seus componentes, inclusive dos discentes.

Segundo a Deliberação, a Monitoria só pode ser instituída a partir do quarto período do curso, que será quando os acadêmicos poderão se inscrever.

5.9 PROGRAMAS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Faculdade Guarapuava detém, em sua estrutura pedagógica, desde o ano de 2003, a Câmara de Iniciação Científica que, inicialmente, envolveu docentes da Instituição, um profissional da Biblioteca da Faculdade e alunos dos diversos cursos de Graduação, tendo por objetivo disponibilizar e manter um repositório de artigos, ensaios, resenhas e pesquisas, com a finalidade de desenvolver o espírito científico, na Instituição; ainda, visou-se dar suporte e condições para que os alunos da graduação desenvolvessem a capacidade de relatar suas pesquisas para a comunidade acadêmica.

Após ampla mobilização em 2003 e 2004, junto ao corpo docente e discente, houve grande interesse na produção de resenhas, artigos e trabalhos acadêmicos, que resultaram, na publicação de um Caderno Interdisciplinar, contemplando 13 artigos e 1 resenha, atendendo às temáticas dos diversos cursos mantidos pela Instituição.

No início de 2005, a Direção Geral reestruturou a Câmara de Iniciação Científica, com a inclusão de novos nomes, com experiência comprovada em pesquisa científica.

Embora não se tenha, na Instituição, obrigatoriedade na realização de pesquisas, por se tratar de Faculdade isolada, mantém-se, a Câmara de Iniciação Científica.

No período de 2007-2008, a Instituição não investiu em projetos de pesquisa, mas, mesmo assim, por iniciativa própria, alguns professores realizaram pesquisas vinculadas aos programas de mestrado e doutorado.

A partir de 2009, após reavaliação da regulamentação interna para a pesquisa, há que considerar-se o grande interesse dos professores da Instituição pela produção científica, envolvendo, inclusive, os acadêmicos. Isto fez com que a Câmara de Iniciação Científica fosse reativada e seu funcionamento está em fase

de reestruturação. Muitos professores, motivados por essa iniciativa, realizam apresentações de trabalhos de pesquisa em eventos científicos realizados na Faculdade, com o objetivo de publicações.

No início de 2011, a Direção Geral reestruturou a Câmara de Iniciação Científica, com a inclusão de novos nomes, com experiência comprovada em pesquisa científica. Embora não se tenha, na Instituição, obrigatoriedade na realização de pesquisas, por se tratar de Faculdade isolada, mantém-se, a Câmara de Iniciação Científica.

Foram realizados, desde 2011, três Seminários de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão (SEPEX), com diversos resultados apresentados à comunidade acadêmica, através de artigos e resumos expandidos, além de ciclos de debates e mesas-redondas.

5.10 MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DE ALUNOS

A Faculdade Guarapuava conta com um Programa de Iniciação Científica que contempla as linhas de pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas. Os trabalhos estão sendo organizados para serem divulgados através de revista eletrônica específica.

Existe um trabalho constante da Coordenação, Direção e Mantenedora para o incentivo do seu corpo docente e discente para a pesquisa e a divulgação de trabalhos.

Os trabalhos de estágio e conclusão de curso que obtiverem média acima de 9,0 (nove) estarão disponíveis, por meio magnético na biblioteca.

5.11 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Toda IES não pode prescindir de um acompanhamento de seus egressos, visto serem eles o reflexo da mesma na sociedade, considerando o seu desempenho profissional.

Por isso, entende-se que é pela avaliação que os egressos fazem da Instituição que se pode mensurar o resultado prático dos cursos e estes poderão avaliar a necessidade de revitalização de seu ementário e de seus respectivos conteúdos programáticos.

A partir da formatura de sua primeira turma o curso manterá um banco de dados dos egressos, onde constará seu perfil individual em relação às notas, às atividades que realizou e à de estágio desenvolvido. Esse banco de dados estará a disposição de empresários que necessitem desses profissionais.

Também, os egressos serão convidados a participarem dos eventos promovidos e desenvolvidos na IES, como seminários, encontros, mesas redondas, dentre outros.

Haverá, ainda, contato por email, para troca de informações, controle sobre o sucesso alcançado pelos ex-acadêmicos em concursos públicos, nas mais diversas esferas e os mesmos são beneficiados com descontos especiais, quando participam de cursos de pós-graduação na Instituição.

A Faculdade propiciará cursos de Pós-graduação *lato-sensu* e, posteriormente, dentro das possibilidades da IES, *stricto sensu* buscando especializar seus egressos a dar continuidade ao seu processo de ensino-aprendizagem.

Há o propósito ainda de se fazer um levantamento sobre as atividades dos egressos que se desvincularem há mais de 2 anos, buscando acompanhar os seus passos, desenvolvimento e posicionamento no mercado, o que servirá para avaliar, também, se a matriz curricular do curso está condizente com o perfil que se deseja para o egresso.

5.12 PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DO CURSO

A Faculdade Guarapuava, através da COPPEX – Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão mantém os cursos de pós-graduação da IES,

Pretende ainda, no decorrer do curso, após a formatura da primeira turma implantar cursos na área de Ciências Contábeis, através dos cursos de Controladoria e Finanças e Gestão Tributária (projetos em fase de elaboração).

No decorrer do curso, dever-se-á implantar outros cursos na área de contabilidade, visando suprir as necessidades de seus egressos e também do mercado de trabalho.

5.13 PROGRAMA DE ESTÁGIO VOLUNTÁRIO PEDAGÓGICO

Através da composição do Colegiado do Curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares, o Curso de Ciências Contábeis Humanos contará com o Estágio Pedagógico Voluntário, cuja finalidade será a de desenvolver ações didático-pedagógicas, no âmbito dos componentes curriculares regularmente ofertados pelo curso. Poderão inscrever-se alunos graduados na área.

Tal projeto tem como principais objetivos:

- a) implementar o processo de formação continuada dos graduados;
- b) oportunizar o desenvolvimento das atividades de ensino das matérias do currículo pleno;
- c) cultivar o interesse pelas atividades de estudo ligadas às áreas de atuação do curso;
- d) oportunizar ao estagiário a ampliação de seus conhecimentos com relação ao processo de ensino-aprendizagem;
- e) oportunizar a formação de docentes para o ensino superior.

5.14 OUVIDORIA

A Faculdade conta também com um serviço de Ouvidoria que presta atendimento tanto aos discentes, quanto aos docentes e demais interessados, fazendo a ponte entre a comunidade acadêmica, a Instituição, a comunidade, em geral, presente na *homepage* da Instituição, por meio de uma “urna virtual”,

serviço este atendido pela Diretoria Geral que, conforme o caso, encaminha os pedidos, reivindicações e observações às Coordenações e setores específicos.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INSTALAÇÕES GERAIS

O desenvolvimento das atividades educacionais depende muito de ambientes físicos adequados, que ofereçam conforto e os meios necessários à execução de todas as atividades da Instituição.

Além de salas de aula arejadas e confortáveis, laboratórios e outros espaços específicos, segundo as necessidades e os projetos dos cursos existe o apoio necessário e suficiente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Assim, a política de investimento constante nas instalações físicas visa:

- a) a manutenção de salas de aula e de auditório em condições adequadas para a ocorrência de atividades educacionais e culturais;
- b) o uso dos laboratórios especializados, segundo as necessidades de cada curso, que possibilitem o aprendizado e a vivência com tecnologias modernas;
- c) a manutenção de espaços reservados para a instalação de agências, núcleos, visando o desenvolvimento de atividades práticas;
- d) instalações físicas adequadas a alunos portadores de necessidades especiais;
- e) área de lazer, convivência e alimentação;
- f) espaços físicos para as atividades dos centros e diretórios acadêmicos;
- g) aquisição de material de apoio didático que contribua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- h) mobiliário e recursos administrativos que permitam o eficiente desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

6.1.1 Sala de professores e sala de reuniões

O Curso oferece um espaço destinado ao corpo docente, dando-lhes condições para realização dos trabalhos acadêmicos e reuniões. A sala dos

professores conta com ambiente amplo destinado exclusivamente a eles, em que estão dispostos sofás, cadeiras, mesa de reuniões e armários dos professores. É oferecido diariamente aos docentes, café, chá, água e bolachas.

Conta ainda com computadores para uso exclusivo. Junto a esse ambiente, fica a sala da Secretária das Coordenações. Para atendimento de suas necessidades administrativas os docentes contam com o auxílio de 1 (uma) secretária e da estrutura da Secretaria Geral.

Todos os espaços da IES possuem a tecnologia *wireless*.

6.1.2 Gabinetes de trabalho para professores

Os professores fazem uso dos laboratórios de informática, das salas existentes na Biblioteca. Utilizam ainda, as salas de atendimento aos alunos e mesmo algumas salas de aula, especialmente nos turnos da manhã e tarde, quando há maior ociosidade de salas de aula.

A coordenadora do curso dispõe de uma sala com toda estrutura necessária para o desenvolvimento dos trabalhos (computador, acesso a internet, telefone).

O NDE possui espaço exclusivo para os encontros, com computador, telefone e acesso a internet.

6.1.3 Salas de aula

Uma das formas de se garantir a qualidade do ensino é o oferecimento de salas de aula que acomodem os alunos de forma satisfatória, propiciando um bom ambiente de aprendizagem. Todas as suas salas de aula estão equipadas com carteiras confortáveis, iluminação adequada, ventilação e, fisicamente, dimensionadas para receber o número de alunos destinado a cada uma. Em anexo segue tabela ilustrativa, dos blocos B e C.

6.1.4 Descrição dos Blocos A, B e C

O Bloco A, é composto de 2 andares, o térreo, onde ficam as áreas administrativas da IES e salas de aula, e o pavimento superior, com salas de aula, auditório e laboratórios de informática. Abaixo apresenta-se a descrição de todo o bloco.

QUADRO 12 – BLOCO A - TÉRREO

Qtde	Dependências	Área m ²
1	Secretaria Geral	89,32
1	Arquivo secretaria	64,68
1	Central de Atendimento	93,12
1	Almoxarifado	27,52
1	Administrativo financeiro	42,80
1	Biblioteca	226,55
1	Sala dos professores	116,09
1	Coordenações de Curso de Ciências Sociais Aplicadas	45,15
1	Sala de aula	80,80
1	Recepção	15,95
2	Salas da Direção e Banheiro	75,58
1	Enfermaria e Banheiro	23,81
1	Sala do Fies/Prouni	28,28
1	Coordenações de Cursos de Engenharia	22,50
1	Sala de aula	125,29
1	Sala do Núcleo de Apoio e Orientação Psico-Pedagógico e CPA	18,03
2	Banheiros feminino e masculino)	51,74
1	Saguão	767,08
1	Elevador para portadores de necessidades especiais	4,18
1	Sala de recursos áudio visuais	4,15

Fonte: Autores (2014)

O piso superior do Bloco A compreende além de áreas administrativas, laboratórios de informática, e salas de aula, conforme pode ser visto a seguir:

QUADRO 13 – BLOCO A – PISO SUPERIOR

Qtde	Dependências	Área m²
1	Auditório	297,95
1	Laboratórios de Informática e TI	297,95
5	Salas de aula	297,95
2	Salas de aula	269,10
2	Banheiros (feminino e masculino)	51,74
4	Espaços de circulação	248,07
1	Elevador para portadores de necessidades especiais	4,18
1	Sala de apoio	4,15

Fonte: Autores (2014).

O Bloco B, composto de salas de aula de vários cursos da IES, além de laboratórios específicos dos cursos de Engenharia.

QUADRO 14 – BLOCO B

Qtde	Dependências	Área m²
1	Hall e circulação (piso térreo)	229,23
9	Salas de aula (piso superior)	665,12
3	Salas de aula (piso inferior)	208,68
3	Laboratórios para os Cursos de Engenharia (piso superior)	104,34
2	Banheiros do piso térreo (masculino e feminino)	37,34
4	Salas de aula (piso inferior)	285,64
3	Laboratórios para os Cursos de Engenharia Civil e Elétrica (piso inferior)	208,68
2	Banheiros do piso inferior (masculino e feminino)	19,58
1	Depósito (piso inferior)	14,82
1	Hall e circulação (piso inferior)	115,87
1	Laboratório de Materiais para os cursos de Arquitetura e Engenharia	114,00
1	Almoxarifado externo	87,20
1	Cantina	392,00

Fonte: Autores (2014).

Já, o Bloco C, é composto de salas de aulas dos cursos de Administração, Gestão de Recursos Humanos, Ciências Sociais e Ciências Contábeis, conforme informações de sua área a seguir.

QUADRO 15 – BLOCO C

Qtde	Dependências	Área m ²
1	Hall e circulação	178,58
10	Salas de aula	714,10
2	Salas de aula	144,74
2	Banheiros (masculino e feminino)	37,34

Fonte: Autores (2014).

A IES também conta com estacionamento gratuito amplo para estudantes, colaboradores e professores da IES.

6.1.5 Condições de acesso a portadores de necessidades especiais

Todas as instalações da Faculdade Guarapuava atendem às exigências legais referentes à acessibilidade aos portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, determinadas na Lei Federal nº 10.098 de 19/12/2000, na Portaria MEC nº 3.284 de 07/11/2003 e Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Desta forma, a Instituição propicia aos portadores de necessidades especiais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus.

A instituição assegura aos alunos com deficiência física:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- g) elevador.

6.2 BIBLIOTECA

Qualquer instituição universitária só pode desenvolver suas atividades típicas de forma adequada e satisfatória quando apoiada em uma infraestrutura que lhe dê suporte, sendo a biblioteca elemento básico e fundamental.

A ênfase da Instituição no desenvolvimento humano e social do cidadão, torna ainda mais importante o acervo bibliográfico à disposição da comunidade acadêmica. A questão, todavia, não se esgota na simples expressão numérica do acervo de livros, periódicos e afins, que obviamente deverá ser suficiente para atender à demanda, principalmente de alunos e professores, mas passa pela existência de uma política contínua e imprescindível de atualização e de expansão desse acervo com qualidade e diversificação, bem como de uma preocupação de tornar fácil e ágil o seu acesso, pelo aprimoramento de seu sistema informatizado.

Tal política é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão mantidos pela Instituição, seguindo as indicações de aquisição fornecidas pelo corpo docente e pelo discente, bem como nas recomendações das Comissões de Especialistas de Ensino INEP/SESU/SETEC/MEC, quanto aos padrões de qualidade.

O espaço físico deverá, também, garantir aos alunos portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma, atendendo a Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999 e o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências.

As principais diretrizes para a biblioteca são:

- a) expansão, modernização e otimização dos serviços prestados pelo Sistema de Bibliotecas à comunidade universitária e à sociedade;
- b) destinação de recursos para atualização e complementação do acervo de livros, periódicos e outros documentos (mapas, filmes, bases de dados em CD-ROM e outros), em quantidade suficiente para atender à comunidade;
- c) acesso *online* às informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais produzidas em outras Instituições nacionais e estrangeiras;
- d) expansão física e de equipamentos da biblioteca, sempre que necessário.

6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

6.3.1 Normas e procedimentos de segurança

A política de uso dos laboratórios e o regulamento destes encontram-se a seguir.

Os Laboratórios estão disponíveis aos usuários das 08horas às 11h30 e das 17horas às 22h15, sempre atendidos por monitores (estagiários) que são responsáveis pela sua organização, além de prestar suporte aos usuários, procurando sanar suas dúvidas e auxiliá-los no que for possível.

Têm acesso aos Laboratórios de Informática todos os alunos que se identifiquem através da Carteirinha de Estudante.

Os usuários deverão desocupar os Laboratórios 10 minutos antes do horário reservado para as aulas.

A política de uso dos laboratórios e o regulamento destes encontram-se a seguir:

- a) são usuários e podem utilizar os laboratórios de informática somente alunos, funcionários e professores da Faculdade Guarapuava;
- b) qualquer usuário poderá solicitar suporte aos responsáveis pelos laboratórios, para solução de problemas.

O uso dos laboratórios respeitará a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª aulas regulares ligadas à informática;
- 2ª aulas de reposição de informática;
- 3ª aulas especiais (mediante reserva com 24 horas de antecedência);
- 4ª elaboração de trabalhos e pesquisas.

Não é permitido:

- a) o uso dos equipamentos para elaboração de trabalhos ou pesquisas que não estejam ligadas às atividades acadêmicas;
- b) o uso da internet para bate-papo, download de programas e músicas, acesso a páginas de conteúdo pornográfico;
- c) o uso ou instalação de qualquer tipo de jogo;
- d) instalar, desinstalar ou alterar a configuração de qualquer software;
- e) permanecer em pé durante as aulas, conversar em voz alta ou atender telefone celular;
- f) entrar com qualquer tipo de alimento ou bebida nas dependências dos laboratórios.

O não cumprimento deste regulamento sujeita o usuário às sanções previstas no regimento da instituição.

6.3.2 Infraestrutura dos Laboratórios de Informática

Os três laboratórios de informática da FG possuem ao todo 90 máquinas com a seguinte configuração:

QUADRO 16 – LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 01

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	Capacidade Alunos
Informática 01		77,3	30
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, PACOTE AUTODESK, todos ligados em rede com acesso a Internet.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Microcomputadores ATHLON 1.7GHZ , 256 Mb RAM, Hd 20Gb. Ligados em rede com acesso a Internet.		
12	Kits Microcontroladores		

30	Windows XP
30	MsOffice 2007

Fonte: Autores (2014).

QUADRO 17 – LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 02

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	Capacidade Alunos
Informática 02		77,4	30
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, PACOTE AUTODESK, todos ligados em rede com acesso a Internet.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Microcomputadores ATHLON 1.7GHZ , 256 Mb RAM, Hd 20Gb. Ligados em rede com acesso a Internet.		
30	Windows XP		
30	MsOffice 2007		

Fonte: Autores (2014).

QUADRO 18 – LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – 03

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	Capacidade Alunos
Informática 03		77,4	30
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, PACOTE AUTODESK, todos ligados em rede com acesso a Internet.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Microcomputadores ATHLON 1.7GHZ , 256 Mb RAM, Hd 20Gb. Ligados em rede com acesso a Internet.		
30	Windows XP		
30	MsOffice		
30	PACOTE AUTODESK 2012 (AutoCAD; AutoCAD Architecture; AutoCAD Civil 3D; Autodesk Revit Architecture; Autodesk Inventor; Autodesk Navisworks...)		

Fonte: Autores (2014).

6.3.3 Recursos audiovisuais e multimídia

A Faculdade disponibiliza aos professores e acadêmicos 11 projetores multimídias, os laboratórios de Informática possuem cada um, seu próprio projetor,

bem como o auditório. Existem ainda outros recursos áudio visuais em número suficiente para atendimento das necessidades, os quais são gerenciados por pessoa responsável para instalação dos mesmos, a partir de solicitação.

7 ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico foi atualizado sistematicamente desde a sua criação.

O presente projeto foi atualizado em março de 2014, visando a renovação de reconhecimento de curso.

O NDE está elaborando o estudo de alterações da matriz curricular, bem como de suas competências, habilidades, bases tecnológicas e atualização de sua bibliografia, visando a sua atualização e adequação às Diretrizes Curriculares e mercado de trabalho.

8. APÊNDICES

8.1 APÊNDICE: EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS**

1º PERÍODO

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO – 80 HORAS

As organizações e a administração. O papel gerencial. Principais teorias sobre a Administração. Contexto contemporâneo da Administração. Processo Administrativo. Processo decisório.

BÁSICA

DRUCKER, P. F. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2001.

LACOMBE, F. J. M.; HELBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. São Paulo, Pioneira Thomson. 2003

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, R. O. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

LÍNGUA PORTUGUESA – 80 HORAS

Questões de textualidade e de escrita. Noções da diferenciação entre oralidade e escrita. Produção de textos. Revisão gramatical. Principais problemas da escrita formal. Principais questões ligadas à superficialidade do texto.

BÁSICA

GUIMARÃES, T. de C. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2012.

TERCIOTTI, S. H. **Português na prática: para cursos de graduação e concursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIMENTEL, C. **Português descomplicado conforme a nova ortografia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. **Gramática da língua portuguesa: conforme o acordo ortográfico**. São Paulo: Scipione, 2008.

COMPLEMENTAR

BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Método, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa: para os estudantes do nível fundamental e médio e os estudiosos da língua nacional**. 45. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2002.

MATEMÁTICA – 80 HORAS

Números reais. Teoria dos conjuntos. Funções e gráficos. Revisão sobre funções elementares. Aplicação de funções em Ciências Contábeis. Matrizes: operações, tipos, inversão. Equações exponenciais. Sistemas de equações lineares. Binômio de Newton.

BÁSICA

IEZZI, G.; HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções.** 8 ed. São Paulo: Atual, 2004.

IEZZI, G.; HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar 4: sequências, matrizes, determinantes, sistemas.** São Paulo: Atual, 2004.

SILVA, S. M. **Matemática básica para os cursos superiores.** São Paulo: Atlas, 2002.

COMPLEMENTAR

ARENALES, S.; DAREZZO, A. **Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software.** São Paulo: Thomson Learning, 2008.

HOFFMANN, L. D. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações.** 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar 6: complexos, polinômios, equações.** 6 ed. São Paulo: Atual, 1993.

KOLMAN, B.; HILL, D. R. **Introdução à álgebra linear: com aplicações.** 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

SILVA, S. M. da. **Matemática básica para cursos superiores.** São Paulo, Atlas, 2002.

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA – 40 HORAS

Introdução geral às Ciências Econômicas. Definições, Objeto, Metodologia e Leis da Ciência Econômica. Evolução da Ciência Econômica. Problemas Econômicos Básicos e de Organização Econômica. Introdução ao estudo de mercado. O financiamento da Economia. Comércio Internacional. Renda Nacional e Produto Nacional . Equilíbrio e flutuações dos níveis de produção. Renda e emprego.

BÁSICA

HEILBRONER, R. L.; THURLOW, L. C. **Entenda a economia: tudo o que você precisa saber sobre como funciona e para onde vai a economia.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia.** 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TROSTER, R. L. **Introdução à economia.** São Paulo: Makron Books, 2002.

COMPLEMENTAR

WESSELS, W. J. et all. **Economia.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.I (Org.). **Manual de economia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

HEILBRONER, R. L.; THURLOW, L. C. **Entenda a economia: tudo o que você precisa saber sobre como funciona e para onde vai a economia.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA – 40 HORAS

O pensamento científico. Características essenciais da ciência e outras formas de conhecimento. Os métodos científicos e suas abordagens. O trabalho científico e suas formas. A pesquisa científica: natureza, finalidade, tipos. O projeto de pesquisa e seus componentes essenciais.

BÁSICA

AQUINO, Í. de S. **Como escrever artigos científicos: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, I M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática.** 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA – 80 HORAS

A empresa e a contabilidade. Estática patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido. Procedimentos contábeis básicos: contas, razão, débito e crédito, método das partidas dobradas, diário, balancete de verificação, plano de contas. As variações do Patrimônio Líquido: receita, despesa, destinação do lucro. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado: estrutura básica.

BÁSICA

FÁVERO, H. L. **Contabilidade:** teoria e prática. Vol 1. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.

GRECO, A.; AREND. L. **Contabilidade:** teoria e prática básicas. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Curso de contabilidade para não contadores:** para as áreas de administração, economia, direito e engenharia 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica:** contabilidade introdutória e intermediária. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, E. C. da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios:** guia para orientação fácil e objetiva para apoio e consulta de executivos. São Paulo: Atlas, 2008.

2º PERÍODO**INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 80 HORAS**

Noções e divisões e ramos do direito. Fontes do direito. Direito e moral. Das pessoas. Dos fatos jurídicos. Direito das sucessões. Direito das coisas. Direito das obrigações. Pessoa jurídica e de direito público. Estado Governo. Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direito Penal. Direito Internacional Público e Privado.

BÁSICA

BRANCATO, R. T. **Instituições de direito público e privado.** 13 ed. São Paulo: José Bushatsky, 2009.

DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito.** 20. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2008

RADBRUCH, G. **Filosofia do direito.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Manole, 2009.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. 23. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Forense, 2003.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL – 80 HORAS

Redação técnica, científica e literária. Produção dos principais textos acadêmicos (resumo, resenha, textos comparativos e transição de uma linguagem para outra). Texto expositivo – argumentativo. Tópicos especiais sobre português instrumental em ciências contábeis.

BÁSICA

MEDEIROS, J. B. **Português Instrumental**. 9.ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, N.; LOUZADA, M. L.; IOVAMOTO, R. **O texto sem mistério**. São Paulo: Ática, 2009.

COMPLEMENTAR

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 2002.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9.ed. São Paulo, Ática. 2000

FIORIN, J. L. **Para entender o texto – leitura e redação**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 24. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KOCH, I. V. **A coerência textual**. 18.ed. São Paulo, Contexto, 2011.

MATEMÁTICA APLICADA – 80 HORAS

Porcentagem. Razão e Proporção. Divisão proporcional. Regra de três. Probabilidade. Análise Combinatória. Progressões Aritmética e Geométrica. Limites. Derivadas e suas aplicações.

BÁSICA

BONORA JÚNIOR, D.; ESPINOSA, I. C. de O. N.; ALVES, J. B.; BARONE, M. A.; CARDOSO, V. C. **Matemática**: complementos e aplicações nas áreas de ciências contábeis, administração e economia 4.d. São Paulo, Ícone. 2006.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar 8: limites, derivadas, noções de integral**. 5. ed. São Paulo: Atual, 1993

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar 4**: sequências, matrizes, determinantes, sistemas. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993.

COMPLEMENTAR

CRESPO, A. A. **matemática comercial e financeira fácil**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar 5**: combinatória, probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004.

HOFFMANN, L. D. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar 8**: limites, derivadas, noções de integral. 5 ed. São Paulo Atual, 1993.

SILVA, S. M. da. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo, Atlas, 2002.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL - 40 HORAS

O estudo do comportamento organizacional. Conhecimento e compreensão das diversidades e diferenças individuais. Cultura organizacional. Compreensão das necessidades sobre mudanças nas organizações. Motivação. Liderança.

BÁSICA

KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SCHERMERHORN, Jr., J. R. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1999.

COMPLEMENTAR

WOOD JR., T.; CALDAS, M. P. **Comportamento organizacional: uma perspectiva brasileira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAMIGNA, M. R. M. **Jogos de empresa e técnicas vivenciais**. São Paulo: Makron Books, 1997.

ADIZES, I. **Os ciclos de vida das organizações: como e porque as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito**. São Paulo, Pioneira, 2002.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas. 1996.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo, Saraiva. 2002

MACROECONOMIA – 40 HORAS

Macroeconomia e a perspectiva econômica. O sistema de preços, famílias, empresas e resultados de mercado. Objetivos e indicadores. Macroeconomia do pleno emprego. Moeda, bancos e créditos. Finanças públicas e economia aberta no pleno emprego. Crescimento e produtividade. Flutuações macroeconômicas. Demanda agregada e renda. Demanda agregada e inflação. Inflação e desemprego. Política macroeconômica. Sistema financeiro. Sistema financeiro internacional.

BÁSICA

GALVES, C. **Manual de economia política atual**. 14 ed. Rio de Janeiro: CBELA, 2004.

GASTALDI, J. P. **Elementos de economia política**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 6 ed. São Paulo: LTC, 2008.

COMPLEMENTAR

MONTELLA, M. **Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, J. do C. **Economia monetária**. 8.ed. rev. e atual. São Paulo, Atlas. 2002.

KRUGMAN, P. R. **Economia internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo, Makron Books. 2001.

MANKIW, N. G.. **Introdução economia: Princípios de micro e macro economia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2013.

CONTABILIDADE COMERCIAL – 80 HORAS

Constituição das empresas. Plano de contas. Operações com mercadorias. Livros legais. Operações com pessoal. Operações financeiras. Operações com ativo Imobilizado. Provisões. Previsão de Fluxo de Caixa. Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa.

BÁSICA

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade comercial**. Atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei. Nº 11.941/09. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVESE, C. L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária – textos e exercícios**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

FAVERO, H. L.; LONARDONI, M.; SOUZA, C. de; TAKAKURA, M. **Contabilidade: teoria e prática**; atualizada de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. V. 1. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRECO, A.; AREND, L. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LACOMBE, F.; RIBEIRO, O. M. **Gestão e controle do patrimônio: a contabilidade prática**. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade intermediária**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

3º PERÍODO

ESTATÍSTICA APLICADA – 80 HORAS

Estatística descritiva. População e amostra. Fases do método estatístico. Tabelas estatísticas e seus elementos. Gráficos e seus elementos. Distribuição de frequências. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Probabilidade.

BÁSICA

DOWNING, D.; CLARCK, J.; FARIAS, A. A. (trad.). **Estatística aplicada**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

COMPLEMENTAR

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 19 ed. atual. São Paulo, Saraiva. 2009.

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2005.

SMAILLES, J.; MCGRANE, A. **Estatística aplicada a administração com excel**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, E. M. da. **Estatística para os cursos de economia, administração, ciências contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 2v.

SPIEGEL, M. R.; SCHILLER, J. J.; SRINIVASAN, R. A. **Teoria e problemas de probabilidade e estatística**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

DIREITO EMPRESARIAL – 80 HORAS

Normas e princípios fundamentais relativos ao Direito Comercial Brasileiro. Estudo dos principais aspectos da atividade empresarial e das obrigações e prerrogativas dos que a exercem. Títulos de crédito: Letra de câmbio, Nota Promissória, Cheque, Duplicata, Contratos Empresariais, Cédulas de crédito. Direito falimentar. Recuperação Judicial e Extrajudicial.

BÁSICA

BERTOLDI, M. M.; RIBEIRO, M. C. P. **Curso avançado de direito comercial**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

COELHO, F. U. **Manual de Direito Comercial**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**. Volumes 1 e 2. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

NEGRÃO, R. **Manual de direito comercial e de empresa: volume 1**. 3ª ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de empresa.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, F. **Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio.** 32ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Forense. 2009.

COELHO, F. U. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas: Lei n. 11.101, de 9-2-2005.** 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, F. U. **Curso de direito comercial: direito de empresa: volume 1.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2009

MICROECONOMIA – 40 HORAS

Escopo e método da análise microeconômica. O mecanismo da tomada de decisões. Mercados perfeitos: demanda, oferta e preço. Comportamento do consumidor. Demanda individual e de mercado. Os custos de produção. A firma em concorrência perfeita. Mercado de trabalho e de capitais. Mercados imperfeitos: monopólio, concorrência monopolista e oligopólio. Políticas governamentais relativas à concorrência.

BÁSICA

PINDYCK, R. S. **Microeconomia.** 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. (org.). **Manual de economia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WESSELS, W.; MOREIRA, C. K. (trad.). **Microeconomia: teoria e aplicação.** São Paulo: Saraiva, 2002.

COMPLEMENTAR

MONTELLA, M. **Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática.** São Paulo: Atlas, 2009.

MANSFIELD, E.; YOHE, G. **Microeconomia: teoria e aplicações.** São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, L. C. P. **Microeconomia introdutória para cursos de administração e contabilidade: com questões e soluções.** 2.ed. São Paulo, Atlas. 2000.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia.** 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução a economia.** São Paulo: Makron Books, 2002.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – 40 HORAS

Sistemas de informações. Sistemas de informações contábeis. Controles internos dos sistemas de informações contábeis. Tópicos especiais em sistemas de informações de contabilidade.

BÁSICA

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G.; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de informações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2002.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPLEMENTAR

COSTA, I.; MOLLO NETO, M.; COSTA NETO, P. L. de O.; CARDOSO JÚNIOR, J. L. **Qualidade em tecnologia da informação.** São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REZENDE, D. A **Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das operações.** São Paulo: Atlas, 2003.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 40 HORAS

Estrutura das demonstrações contábeis. Integração das demonstrações contábeis. Evolução e estrutura dos componentes as demonstrações contábeis. Índices financeiros tradicionais. Medidas mais recentes de avaliação de desempenho: EBTIDA, EBIT, NOPLAT. Modelos Integrados de avaliação de desempenho empresarial: Dupont, EVA. Análise dinâmica do capital de giro. Efeitos de alavancagem sobre a rentabilidade. Modelos estruturais de avaliação de empresas: Rating, Kanitz e outros.

BÁSICA

DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J.; MARTINS, E. **Análise avançada das demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços – análise da liquidez e do endividamento**: análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. C.; BRAGA, H. R. **Mudanças contábeis na Lei societária**: Lei 11.638, de 28/12/2007. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão as demonstrações contábeis: origens e finalidades, os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VICECONTI, P. E.; NEVES, S. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA – 80 HORAS

Critérios de avaliação do ativo. Avaliação do passivo e patrimônio líquido. Lucros. Reservas. Ações em tesouraria. Debêntures. Contabilidade de matriz e filiais. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPL). Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Notas Explicativas.

BÁSICA

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória**. 11.ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. C. **Contabilidade intermediária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ALMEIDA, M. C.; BRAGA, H. R. **Mudanças contábeis na Lei societária**: Lei 11.638, de 28/12/2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS, S. F. **Contabilidade intermediária**. Coleções Cursos IOB. São Paulo: IOB, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. (coordenadores). **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

4º PERÍODO

MÉTODOS QUANTITATIVOS – 80 HORAS

Distribuições de probabilidades. Estimação e intervalo de confiança. Fases do método estatístico. Testes de hipóteses. Análise de regressão e de variância. Números índices. Programação linear: conceitos e modelagens.

BÁSICA

BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DOWNING, D.; CLARCK, J.; FARIAS, A. A. (trad.). **Estatística aplicada**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, E. M. et al. **Pesquisa operacional: programação linear**. São Paulo: Atlas, 1999.

COMPLEMENTAR

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. 19 ed. atual. São Paulo, Saraiva. 2009.

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2005.

MARTINS, G. de A. **Estatística geral aplicada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, E. M. da. **Estatística para os cursos de economia, administração, ciências contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 2v.

SPIEGEL, M. R.; SCHILLER, J. J.; SRINIVASAN, R. A. **Teoria e problemas de probabilidade e estatística**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

DIREITO TRABALHISTA E SOCIAL – 80 HORAS

Os direitos sociais na Constituição de 1988. Princípios gerais do Direito do Trabalho. Noções Gerais de Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Relação entre empregado e empregador. Evolução do Direito do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Princípios da CLT.

BÁSICA

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 10 ed. São Paulo: LTR, 2011.

MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2011. NASCIMENTO,

COMPLEMENTAR

CARRION, V. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 36 ed. São Paulo, Saraiva, 2011.

CASSAR, V. B. **Direito do trabalho**. 5 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 17 ed. Niterói: Impetus, 2012

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36 ed. São Paulo, LTR, 2011.

SARAIVA, R.; MONTENEGRO FILHO, M. (Coord.). **Direito do trabalho**. 12 ed. São Paulo: Método, 2010.

MATEMÁTICA FINANCEIRA – 80 HORAS

Introdução (fluxo de caixa, moeda estável e inflação, juro, simbologia adotada). Juros simples. Juros compostos. Taxas de juros. Série uniforme. Equivalência de fluxos de caixa. Planos equivalentes de financiamento. Desconto de fluxo de caixa. Taxa de retorno.

BÁSICA

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PUCCINI, A. L. **Matemática financeira objetiva e aplicada**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIEIRA SOBRINHO, J. D., **Matemática financeira**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COMPLEMENTAR

GARRITY, P. **MBA compacto, matemática aplicada aos negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOUZA, A., CLEMENTE, A. **Decisões financeiras e análise de investimentos**. Fundamentos, técnicas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2001.

TOSI, A. J. **Matemática financeira com utilização da HP-12C**. Ed. compacta. São Paulo: Atlas, 2004.

CASAROTTO FILHO, N; KOPITKE, B H. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOITA, C. M. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

CONTABILIDADE DE CUSTOS – 80 HORAS

Evolução e objetivos da contabilidade de custos. Terminologia básica e classificação de custos. Esquema básico de valoração de estoques e apuração de resultados. Elementos de custos diretos e indiretos e critérios de valoração. Métodos de custeamento e critérios passíveis de utilização legal para a avaliação de estoques e apuração de resultados. Sistemas de custeamento e produção conjunta. Integração da contabilidade de custos à financeira.

BÁSICA

HORNGREN, C. T.; DATAR, S., M.; FOSTER, G. **Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial**. 11 ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos: teoria, prática, integração com sistemas de informações (erp)**. São Paulo: Cengage Learning LV, 2013.

COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de custeios comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JR, H. H.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. **Gestão estratégica de custos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de custos para não contadores**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONTABILIDADE AVANÇADA – 80 HORAS

Avaliação de Investimentos. Aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários e outros ativos. Avaliação de participações societárias. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Combinação de negócios. Correção integral. Conversão de demonstrações contábeis. Conversão para moeda estrangeira.

BÁSICA

REIS, A. C. R.; MARION, J. C. **Contabilidade avançada para cursos de graduação de ciências contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade avançada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, L. dos; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A. **Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. C. **Contabilidade avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI. **Aprendendo contabilidade em moeda constante.** São Paulo: Atlas, 1994.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade gerencial.** 12 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. (coordenadores). **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VICECONTI, P. E.; NEVES, S. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

5º PERÍODO**GESTÃO DE PESSOAS – 40 HORAS**

Política geral de gestão de RH. Fundamentos da gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas. Cultura e clima organizacional. Trabalho em equipe. Recrutamento e Seleção de pessoas. Treinamento, desenvolvimento e educação no contexto organizacional. Gestão de desempenho de pessoas. Planejamento e desenvolvimento de carreira.

BÁSICA

ARAUJO, L. C. G. de; GARCIA, A. A. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Atlas, 2010.

BARBIERI, U. F. **Gestão de pessoas nas organizações: práticas atuais sobre o RH estratégico.** São Paulo: Atlas, 2012

VIZIOLI, M. (Org.). **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

COMPLEMENTAR

BOOG, G. G.; BOOG, M. (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes.** São Paulo: Gente, 2002. 2 v.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3.ed. Rio de Janeiro, Campus, 2010.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico.** 13.ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

MILKOVICH, G. T. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, A. de L. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2005.

DIREITO TRIBUTÁRIO – 80 HORAS

O Direito Tributário e a contabilidade. Tipificação de impostos e contribuições. Hierarquia legal. Princípios do Direito Tributário. Tributos Federais, Estaduais e Municipais. Limites legais dos planejamentos fiscais. Direitos do contribuinte. Poder normativo. Elaboração e acompanhamento de defesas administrativas. Principais discussões fiscais e atuais e a sua lógica legal.

BÁSICA

ALEXANDRINO, M. **Manual de Direito Tributário.** São Paulo: Método, 2009.

COÊLHO, S. C. N. **Curso de direito tributário brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CARVALHO, P. de B. **Curso de direito tributário.** 15ª ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva. 2010.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, R. **Direito tributário esquematizado.** 3ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, Rio de Janeiro: Forense, 2010.

AMARO, L. **Direito Tributário Brasileiro.** 3ª ed. São Paulo, Saraiva. 2010.

- SABBAG, E. de M. **Manual de Direito Tributário**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- JARDIM, E. M. F. **Manual de direito financeiro e tributário**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- MACHADO, H. de B. **Curso de direito tributário**. 31ª ed. revista, atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010.

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL – 80 HORAS

Fundamentos teóricos. Campo de atuação. Regimes contábeis. Orçamento público. Plano de contas. Escrituração contábil. Sistema patrimonial. Sistema financeiro. Sistema de compensação. A Lei de Responsabilidade Fiscal. Controles internos na gestão pública. Prestação de contas públicas. Tribunal de contas. Responsabilidade do contador público.

BÁSICA

- ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 2013.
- SILVA, V. L. **A nova Contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR

- CASTRO, D. P. de; GARCIA, L. M. **Contabilidade Pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel**. São Paulo: Atlas, 2013.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; QUARESMA, J. C. da C.; MENDES, R. da C. **Contabilidade pública: de acordo com novas normas brasileira de contabilidade aplicadas setor público**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ROSA, M. B. **Contabilidade do setor público**. São Paulo: Atlas, 2011.
- PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS – 40 HORAS

Planejamento e controle de resultados e o processo de administração. Tipos de orçamento. Justificativas para o orçamento empresarial. Orçamento como reflexo do plano estratégico, tático e operacional. Metodologias para elaboração de orçamentos. Orçamento como ferramenta de controle e gestão de gastos. Implantação e utilização do sistema orçamentário.

BÁSICA

- CARNEIRO, M.; MATIAS, A. B. **Orçamento empresarial: teoria, prática e novas técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MANSUR, R. **Orçamento empresarial 360°: guia prático de elaboração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.
- PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

COMPLEMENTAR

- FREZZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LUNKES, R. J. **Manual de orçamento**. São Paulo, Atlas, 2003.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PADOVEZE, C. L. **Planejamento Orçamentário: texto e exercícios**. São Paulo: Thomson, 2005.
- ZDANOWICZ, J. E. **Planejamento financeiro e orçamento**. 4 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

ANÁLISE DE CUSTOS – 80 HORAS

Uso gerencial das informações de custos. Relações custo-volume-lucro. Lucro e margem de contribuição: conceito, limitações na capacidade de produção; CF identificados e retorno sobre investimentos. Forma de maximização dos lucros. Produtos mais rentáveis. Ponto de Equilíbrio: conceito, tipos, margem de segurança, uso e limitações. Fixação do Preço de Venda: Mark-up. Decisão sobre fabricar ou comprar. Custeio baseado em atividades. Custo padrão.

BÁSICA

ASSEF. R. **Guia prático de formação de preços:** aspectos mercadológicos, tributários, financeiros para pequenas e médias empresas. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos:** aplicação em empresas modernas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. **Contabilidade de custos:** uma abordagem gerencial. Volume 2. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COMPLEMENTAR

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de custeios comparados:** custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos:** teoria, prática, integração com sistemas de informações (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PEREZ JR, H. H.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. **Gestão estratégica de custos.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Gestão de custos:** aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do excel. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de custos:** um enfoque direto e objetivo. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LABORATÓRIO CONTÁBIL I – 80 HORAS

Aulas em laboratório para familiarização dos alunos com *softwares* utilizados na área de contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão fiscal. Apresentação de *softwares* integrados de gestão de diferentes provedores de soluções, visando despertar críticas e comparações úteis para tomadas de decisão sobre aderência de produtos informatizados.

BÁSICA

FÁVERO, H. L. et all. **Contabilidade:** teoria e prática. Vol. 1. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S. **Contabilidade para gestores:** uma abordagem para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade comercial:** atualizada conforme Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, L. G. dos; PEREIRA, C. A.; GALLO, M. F. **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, F. de A.; VEIGA, W. E. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

6º PERÍODO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 40 HORAS

O pensamento estratégico. O planejamento como processo administrativo. O planejamento estratégico aplicado à política de negócios da empresa. As etapas do planejamento estratégico e sua implementação. As fases e os níveis do planejamento. O ambiente do planejamento. A organização e a operacionalização do planejamento. O enlace planejamento-orçamento, tendo em vista os negócios da empresa. A política de negócios praticada na empresa. A avaliação das estratégias e das políticas empresariais vigentes.

BÁSICA

ANGELONI, M. T.; MUSSI, C. (org.). **Estratégias: formação, implementação e avaliação – os desafios das organizações contemporâneas.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CERTO, S. C.; PETER, J. P.; MARCONDES, R. C.; CESAR, A. M. R. **Administração estratégica: planejamento, implantação de estratégias.** 3 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPLEMENTAR

GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LOBATO, D. M. **Estratégia de empresas.** 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J.; MONTIGELLI JR, N. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 31 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

PESQUISA EM CONTABILIDADE – 40 HORAS

Planejamento, elaboração e discussão do projeto de artigo em colaboração com o professor da disciplina e orientadores, tendo como produto final o projeto de pesquisa a ser apresentado.

BÁSICA

ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT.** São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPLEMENTAR

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

CONTABILIDADE DECISORIAL E LOGÍSTICA – 80 HORAS

Precificação. Preços de Transferência. Correção Monetária Integral: efeitos inflacionários sobre as Demonstrações Contábeis. Conversão das Demonstrações Contábeis. Logística: contabilização e controle.

BÁSICA

FARIA, A. C. de; COSTA, M. F. G. de. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAXITO, F. **Logística: um enfoque prático**. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPLEMENTAR

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade gerencial**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIPECAFI. **Aprendendo contabilidade em moeda constante**. São Paulo: Atlas, 1994.

FIPECAFI (coord.); MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS.

Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2 ed. São Paulo: 2013.

BOWERSOX, Donald J; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processamento de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo, Atlas. 2010.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, E. C. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios: guia de orientação fácil e objetiva para apoio e consulta de executivos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – 80 HORAS

Decisões tributárias e seus reflexos. Lógica dos tributos sobre valor agregado, débitos e créditos tributários. Formas de tributação da receita. Formas de tributação do lucro. Os prejuízos fiscais. Planejamento tributário como forma de redução de carga tributária, seus reflexos legais e contábeis. Obrigações acessórias tributárias. Responsabilidade solidária do contador em relação ao Fisco.

BÁSICA

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R.; PEREZ JR, J. H.; GOMES, M. B. **Manual de contabilidade tributária**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, L. G.; GALLO, F. M.; PEREIRA, C. A. **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A.; ALENCAR, R. de C. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, R. **Direito tributário esquematizado**. 6 ed. São Paulo: Método; Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BORGES, H. B. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**, 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

FABRETTI, L. **Contabilidade tributária**. 13 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, G. P. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SABBAG, E. **Manual de direito tributário**: ideal para concursos públicos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CONTABILIDADE RURAL I – 80 HORAS

A empresa rural e seu meio ambiente. Atividades rurais. Aspectos contábeis e legais das atividades rurais. Livro Caixa, Depreciação, Amortização, Exaustão, Ativos Biológicos, aspectos de custos e preços, Fluxo de Caixa e Títulos de Crédito Agropecuário. Tópicos especiais.

BÁSICA

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Volume 1. 3ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 7 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Volume 2. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CALLADO, A. A. C. (org.). **Agronegócio**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, N. C. **Contabilidade do agronegócio**: teoria e prática. 2 ed. Curitiba, Juruá, 2010.

RODRIGUES, A. O.; TODA, W. H.; GARCIA, E. R.; BUSCH, C. M. **Contabilidade rural**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2011.

SEGATTI, S.; MARION, J. C.; SANTOS, G. J. dos. **Administração de custos na agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – 150 HORAS

Com a participação do supervisor de estágio e membros da organização contratante será elaborado programa de atividades próprias para cada estagiário.

LABORATÓRIO CONTÁBIL II – 80 HORAS

Familiarização com as práticas e rotinas contábeis. Constituição da empresa: classificação e tipos de empresa. Controles patrimoniais. Rotinas e obrigações trabalhistas. Rotinas e obrigações fiscais. Rotinas e obrigações contábeis.

BÁSICA

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade comercial**. Atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei. Nº 11.941/09. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária – textos e exercícios. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos**: teoria, prática, integração com sistemas de informações (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013.

COMPLEMENTAR

BERTO, D. J.; BEULKE, R. **Gestão de custos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Práticas contábeis aplicadas**: às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), microempresas e empresas de pequeno porte (ITG 1000), entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002). Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2013.

FIPECAFI (coord.); MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2 ed. São Paulo: 2013.

GRECO, A.; AREND, L.; GAERTNER, G. **Contabilidade: teoria e práticas básicas**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
 REIS, L. G.; GALLO, F. M.; PEREIRA, C. A. **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

7º PERÍODO

DIREITO ADMINISTRATIVO – 40 HORAS

Origem e evolução histórica. Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Organização Administrativa. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Vinculação e Discricionariedade. Extinção dos Atos Administrativos e dos seus efeitos. Servidores públicos (Agentes Públicos). Contratos Administrativos. Licitações. Responsabilidade do Estado. Intervenção do Estado na Propriedade Privada.

BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. São Paulo: Método, 2010.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15ª ed. São Paulo, Atlas. 2009.
 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005.

COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008.
 GASPARINI, Diogenes, 1934. **Direito Administrativo**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva. 2008.
 JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2008.
 MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
 MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25. ed, rev. e atualizada até a Emenda constitucional. São Paulo: Malheiros, 2009.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL – 40 HORAS

Ética. Ética e qualidade. Ética e a lei. Valores morais. Comportamento ético e moral. Código de ética da profissão contábil. Atuação do profissional. O profissional e o exercício da profissão.

BÁSICA

ANTONOVZ, T. **Legislação e ética profissional para o Exame de Suficiência do CFC para bacharel em Ciências Contábeis**. São Paulo: Edipro, 2011.
 NALINI, J. R. **Ética geral e profissional**. rev., atual. e ampl. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
 SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

ASBLEY, P. A. (Coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 DURKHEIM, E. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy, 2003.
 LOPES, A. CH. T. **Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.
 SROUR, R. H. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VIEIRA, M.G. **A ética na profissão contábil**. Coleção Contabilista Empreendedor. São Paulo: Thomson IOB, 2006.

GESTÃO EMPREENDEDORA E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESA CONTÁBIL – 40 HORAS

Conceitos, características e visão abrangente e integrada da gestão das Micro e Pequenas Empresas. Sua importância no contexto econômico e social. Aspectos relacionados à gestão empreendedora eficiente. Características gerais do empreendedor e do processo de empreender. O empreendedorismo em organizações já existentes. Organização nas Empresas Contábeis.

BÁSICA

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura, 1999.

HISRICH, Robert D. e PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

LONGENECKER, J.; MORRE, C.; PETTY, J. W.; ROSA, M. L. (trad.). **Administração de pequenas empresas**. Ênfase na gerência empresarial. 13 ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

COMPLEMENTAR

BARON, Robert A. e SHANE, Scott A. **Empreendedorismo**. Uma visão do processo. São Paulo: Thomson, 2007.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**. A prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1998.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para Empreendedores**. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2011.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3.ed. Rio de Janeiro, Campus. 2008.

DOLABELA, F. **O segredo de Luisa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008

ESTRATÉGIA FINANCEIRA – 80 HORAS

Administração financeira e o mercado financeiro. Conceitos e aplicações práticas. Estratégias financeiras. Decisões estratégicas de investimento. Decisões financeiras estratégicas e táticas. Administração de capital de giro. Estrutura de capital e política de dividendos. Fontes de empréstimos de curto prazo e dos investimentos fixos. Fontes de financiamentos de longo prazo.

BÁSICA

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, A. L. **Avaliação de investimentos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HASTINGS, D. F. **Análise financeira de projetos de investimento de capital**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITKE, B. H. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, L. J.; RITTER J. (trad.). **Princípios de administração financeira essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R., W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, E. O. de. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem pratica**. 3.ed. São Paulo, Atlas. 2001.

AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL – 80 HORAS

Conceitos e objetivos da perícia, da auditoria e das fiscalizações (SFR e BACEN). Metodologia de trabalho do perito, do assistente técnico e do auditor de demonstrações contábeis. Laudo e parecer pericial e de auditoria. Organismos, códigos e normas – nacionais e internacionais – de perícia e auditoria contábil.

BÁSICA

ALBERTO, V. L. P. **Perícia contábil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREZ JÚNIOR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAGALHÃES, A. de D. F.; SOUZA, C. de; FAVERO, H. L.; LUNARDONI, M. **Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012 .

ARAÚJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETO, P. H. T. **Auditoria contábil: um enfoque teórico, normativo e prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ARAÚJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G. **Fundamentos da auditoria: a auditoria das demonstrações financeiras em um contexto global**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, S. V. dos S. **Auditoria de processos organizacionais**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIPECAFI (coord.); MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2 ed. São Paulo: 2013.

PIZZO, J. C. M. **Perícia contábil para o Exame de Suficiência do CFC para bacharel em Ciências Contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS – 40 HORAS

Crescimento econômico e mercado financeiro. Intermediação financeira. Políticas econômicas. Sistema financeiro nacional e modelos de regulação. Mercados financeiros. Fundamentos d avaliação. Produtos financeiros. Mercados secundários de títulos e valores mobiliários. Avaliação de ações. Seleção de carteiras. Modelos de precificação de ativos e avaliação de riscos. Derivativos.

BÁSICA

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Investimentos no mercado financeiro usando a calculadora financeira HP 12C: programas financeiros aplicados ao mercado de capitais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLAGI FILHO, A. **Mercado financeiro e de capitais**. 3ed. São Paulo, Atlas. 2003.

COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 19 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. São Paulo, Atlas. 2002.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Investimentos no mercado financeiro: usando a calculadora financeira hp 12c**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LAGIOIA, U. C. T. **Fundamentos do mercado de capitais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONTABILIDADE RURAL II – 80 HORAS

A empresa rural e seu meio ambiente. Atividades rurais. Aspectos tributários, contábeis e legais das atividades rurais. Planificação, Tributação da atividade Rural – Pessoa Física e Jurídica, Simples Nacional, vantagens dos métodos associativos em Cooperativas, relatórios contábeis e análises de balanços das atividades rurais. Análise de projetos agrícolas. Tópicos especiais.

BÁSICA

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 7 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J.C.; SEGATTI, S. **Contabilidade da pecuária: atualizada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Volume 1**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Volume 2**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CALLADO, A. A. C. (org.). **Agronegócio**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, N. C. **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática**. 2 ed. Curitiba, Juruá, 2010.

RODRIGUES, A. O.; TODA, W. H.; GARCIA, E. R.; BUSCH, C. M. **Contabilidade rural**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2011.

SEGATTI, S.; MARION, J. C.; SANTOS, G. J. dos. **Administração de custos na agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – 150 HORAS

Com a participação do supervisor de estágio e membros da organização contratante será elaborado programa de atividades próprias para cada estagiário.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC – 80 HORAS

Sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo definido em conjunto com um professor orientador pertinente à profissão contábil, proporcionando a abordagem científica de temas relacionados com a prática profissional e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno. A avaliação será realizada através da análise de uma monografia produzida pelo aluno e respectiva defesa em banca examinadora.

8º PERÍODO

COMÉRCIO INTERNACIONAL – 40 HORAS

A internacionalização dos negócios. Globalização da economia e a integração dos mercados. As necessidades das informações decorrentes dessa nova realidade.

Sistemática de comércio exterior. Contabilidade internacional. Negociações internacionais.

BÁSICA

MAGNOLI, D. **O mundo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Atual, 2008.

KEEDI, S. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. 4 ed. São Paulo: Inovação distribuidora, 2011.

SILVA, R. **Contabilidade para comércio exterior: trade finance e reflexos no imposto de renda**. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR

RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio**. 11 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

GASTALDI, J. P. **Elementos de economia política**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

KOTALSE, M. **Administração de marketing global**. São Paulo: Atlas, 2000.

MINERVINI, N. **O exportador**. 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

CAVES, R. E. **Economia internacional: comercio e transações globais**. São Paulo: Saraiva. 2001.

TEORIA DA CONTABILIDADE – 80 HORAS

História da contabilidade. Período pré-científico. O desenvolvimento do pensamento contábil. As escolas europeias. A escola americana. A evolução do pensamento contábil no Brasil. Discussão sobre os princípios fundamentais da contabilidade. Evidenciação (*disclosure*). Contabilidade, teoria e informação. Critérios alternativos para mensuração de ativos e passivos. Teoria o patrimônio líquido. Realização da receita. Normas brasileiras x normas internacionais.

BÁSICA

FIPECAFI (coord.); MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2 ed. São Paulo: 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

COELHO, C. U. F.; LINS, L. dos S. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, história e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO FILHO, J.F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (org.). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, C. A. T.; NIYANA, J. K. **Teoria da contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Deliberações, normas e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

Pronunciamentos do IBRACON.

Normas internacionais de contabilidade.

PLANO DE NEGÓCIOS E ESTUDO DE VIABILIDADE – 80 HORAS

Conceitos e aspectos que envolvem a elaboração de um Plano de Negócios. Identificação de oportunidades de negócios. Análise do mercado consumidor, fornecedor e concorrente. Estudo de viabilidade econômico-financeira. As armadilhas que podem afetar um plano de negócios. Elaboração de plano de negócios na prática.

BÁSICA

CECCONELLO, A. R e AJZENTAL, A. **A construção do plano de negócio.** São Paulo: Saraiva, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípio da Administração financeira.** 10. Ed. São Paulo: Pearson, 2004.

SALIM, C. S, et. al. **Construindo Planos de Negócios.** Todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COMPLEMENTAR

BERNARDI, L. A. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação.** São Paulo: Atlas, 2006.

BIAGIO, L.; BATOCCHIO, A. **Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas.** 2 ed. São Paulo: Manole, 2012.

CERTO, S. C., et al. **Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias.** 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores.** São Paulo: Pearson, 2ª edição, 2011

HISRICH, R. D. e PETERS, M. P. **Empreendedorismo.** São Paulo: Bookman, 2004.

CONTROLADORIA – 80 HORAS

Funções e responsabilidade da controladoria: planejamento, organização, controle e informação. Integração com o planejamento estratégico. Requisitos profissionais do *controller*. Funções das gestões financeira, econômica e contábil. Relacionamento com as demais áreas da organização. Controle orçamentário no acompanhamento dos negócios. Decisões sobre terceirização de atividades. Programas de qualidade e implicações com controle. Questões comportamentais no controle empresarial. A ética na gestão de negócios.

BÁSICA

MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. **Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário.** São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A. B. S. **Controladoria – fundamentos do controle empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, L. M. de O., PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica: textos e casos práticos com soluções.** 9 ed. São Paulo; Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR

GARCIA, A. S. **Introdução à controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas.** São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁ, C. A. **Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. **Controladoria básica.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, C; BERTOLUCCI, R. G. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria: enterprise risk management (erm).** 2 ed. São paulo: atlas, 2013.

JOGOS DE EMPRESA

Conceituação de jogos. O jogo e a sua importância na educação. Simulação. Jogo simulado. Jogos de Empresa. Características Fundamentais de um jogo de empresa. Simulação de decisões empresariais com enfoque dinâmico e integrado das diversas funções organizacionais e suas relações com o ambiente das organizações, por meio de softwares específicos. Simulação de empresa industrial. Relatórios gerenciais aplicados na simulação.

BÁSICA

GRAMIGNA, M. R. M. **Jogos de empresa**. 2 ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

LUPERINI, R. **Dinâmicas e jogos na empresa: método, instrumento e práticas de treinamento**. São Paulo: Vozes.

BIERMAN, H. Scott; FERNANDEZ, Luiz. **Teoria dos jogos**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

COMPLEMENTAR

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade Empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4.Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos: teoria e prática, integração com Sistemas de Informações (erp)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

VICENTE, P. **Jogos de empresas: a fronteira do conhecimento e administração de negócios**. São Paulo: Makron Books, 2001.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – 80 HORAS

Sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo definido em conjunto com um professor orientador pertinente à profissão contábil, proporcionando a abordagem científica de temas relacionados com a prática profissional e contribuindo pra o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno. A avaliação será realizada através da análise de um artigo produzido pelo aluno e respectiva defesa em banca examinadora.

DISCIPLINAS OPTATIVAS I E II

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis prevê um rol de disciplinas optativas, as quais serão eleitas pelos alunos no final do 7º período. Entre as disciplinas apresentadas estão: LIBRAS, Administração de Projetos, Administração da Produção, Antropologia Aplicada, Atualização de Direito Tributário, Direito do Consumidor, Economia Brasileira, Filosofia Aplicada, Fundamentos de Marketing, Gestão Ambiental, Programas de Responsabilidade Social, Psicologia Aplicada, Sociologia Aplicada dentro da formação básica. Visando a formação profissional estão elencadas Avaliação de Empresas, Contabilidade de Sociedades Corporativas, Contabilidade das Profissões Liberais, Contabilidade do Terceiro Setor, Contabilidade Internacional, Contabilidade Socioambiental, Contabilometria, Governança Corporativa, Noções de Atuaria para Contadores, Perícia Judicial, Atuaria e Arbitragem, Tópicos Especiais em Agronegócio, Tópicos Especiais em Auditoria, Tópicos Especiais em Contabilidade e Tópicos Especiais em Controladoria.

Os alunos poderão elencar outra disciplina que não as elencadas acima.

8.2 APÊNDICE: REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE GUARAPUAVA

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. O Estágio Supervisionado é matéria constante do Currículo Pleno do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava. Como tal é regido por este Regulamento e pelo Regimento desta Instituição, no que couber e pela Lei nº 11.788/2008.

Art. 2º. O Estágio Supervisionado tem como objetivos:

- I. promover a aproximação do aluno com o mercado de trabalho, propiciando oportunidade de atuação em sua atividade específica;
- II. propiciar o desenvolvimento do futuro profissional de Ciências Contábeis, conciliando a teoria e a prática;
- III. buscar aperfeiçoamento em uma subárea de interesse do aluno;
- IV. aplicar as habilidades adquiridas no decorrer do curso.

Art. 3º. O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em uma das quatro formas seguintes:

- I. Como proprietário de organização contábil nas categorias de Responsabilidade Individual ou Coletiva conforme consta no site do Conselho Regional de Contabilidade – Paraná (www.crcpr.org.br);
- II. Como funcionário de organização legalmente constituída e ativa, desde que exerça funções na área contábil;
- III. Como estagiário em organização legalmente constituída e ativa;
- IV. Como pesquisador visando responder um questionamento relacionado à área contábil.

Da Organização

Art. 4º. A Coordenação do Curso de Ciências Contábeis é o órgão supervisor das atividades do Estágio Supervisionado do curso.

Art. 5º O Núcleo de Estágios da Faculdade Guarapuava é o órgão controlador e executor do Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis.

Art. 6º. O Professor Orientador é o responsável pelo acompanhamento, controle, orientação e planejamento do Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis.

Parágrafo Único. O Professor Orientador é designado pela Coordenação de Curso com anuência da Direção Geral da Faculdade Guarapuava.

Art. 7º. O Supervisor de Estágio é o responsável pelo acompanhamento e orientação e execução do estágio na organização concedente.

Da Validade, Duração e Aproveitamento

Art. 8º O estágio deverá ser realizado no 6º, 7º e 8º períodos, com o mínimo de carga horária conforme estabelecido no Currículo Pleno do Curso de Ciências Contábeis para cada período.

Parágrafo único. O período mínimo para integralização do estágio supervisionado será de 300 (trezentas) horas.

Art. 9º O Estágio supervisionado será validado após a aprovação do Plano de Estágio pelo Núcleo de Estágios.

Parágrafo 1º. No caso em que ocorra a interrupção do estágio, para o seu reinício será considerado este artigo.

Parágrafo 2º. Ficarão impedidos da colação de grau o aluno que não obtiver aprovação no Estágio Supervisionado.

Art. 10 O total de horas mínimo exigido deve ser integralizado no máximo até o último dia letivo de cada período, conforme definido em calendário próprio. No caso de interrupção do estágio deverá ser realizada, para efeito de integralização, a carga horária faltante a

qual também deverá ser completada até o último dia letivo conforme definido em calendário próprio.

Seção 1

Na Forma de Proprietário de Organização Contábil nas categorias de Responsabilidade Individual ou Coletiva

Art. 11 Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos do Estágio Supervisionado o aluno que for proprietário de empresa contábil legalmente constituída há pelo menos 6 (seis) meses, contados até a data da entrega dos documentos relacionados no parágrafo 1º abaixo e de acordo com o artigo 10.

Parágrafo 1º. Neste caso o aluno proprietário deverá apresentar, mediante protocolo, solicitação de equivalência de estágio na Central de Atendimento com os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade Profissional;
- II. Cópia da Carteira de Identidade de Contabilista;
- III. Comprovante de Inscrição Municipal (Alvará); e
- IV. Cópia do contrato social com o respectivo registro (no caso de sociedade).

Parágrafo 2º. A Coordenação de Curso reserva-se o direito de solicitar qualquer outro documento que seja necessário para complementação desse processo.

Art. 12 Será nomeada uma Comissão de Validação, composta pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, pelo professor da disciplina de estágio supervisionado e por um professor convidado para, mediante a análise dos documentos acima, decidir quanto à equivalência das atividades, liberando ou não o aluno do Estágio supervisionado propriamente dito.

Art. 13. O aluno será aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado quando cumpridos os requisitos dos artigos 11 e 12 e receber nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Seção 2

Na Forma de Funcionário em Organização Legalmente Constituída e Ativa

Art. 14. Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos do Estágio Supervisionado o aluno que estiver legalmente contratado e que esteja exercendo funções relacionadas à área contábil há pelo menos 6 (seis) meses, contados até a data da entrega dos documentos relacionados no parágrafo 1º abaixo e de acordo com o artigo 10.

Parágrafo 1º. Neste caso o aluno funcionário deverá apresentar, mediante protocolo, solicitação de equivalência de estágio na Central de Atendimento com os seguintes documentos:

- I. Cópia das páginas carteira de trabalho e previdência social contendo a identificação do trabalhador e do empregador, bem como o registro de contrato de trabalho;
- II. Documento oficial da empresa contratante, contendo a identificação da empresa e do empregado e a descrição da carga e detalhamento das funções e atividades exercidas; e
- III. Comprovante de Inscrição Municipal (Alvará).

Art. 15. Será nomeada uma Comissão de Validação, composta pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, pelo professor da disciplina de estágio supervisionado e por um professor convidado para, mediante a análise dos documentos acima, decidir quanto à equivalência das atividades, liberando ou não o aluno do Estágio supervisionado propriamente dito.

Parágrafo 2º. A Coordenação de Curso reserva-se o direito de solicitar qualquer outro documento que seja necessário para complementação desse processo.

Art. 16. O aluno será aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado quando cumpridos os requisitos dos artigos 14 e 15 e receber nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Seção 3

Na Forma de Estagiário em Organização Legalmente Constituída e Ativa

Art. 17. A base legal do Estágio Supervisionado está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 e na nova Lei de Estágios, Lei Nº 11.788/2008. O aluno deverá ter pleno conhecimento desta base legal para evitar transtornos durante e após ter estagiado.

Art. 18. A documentação exigida para a formalização do Estágio Supervisionado é:

- a) Cadastro de Solicitação de Estágio
- b) Cópia do CPF e RG
- c) Acordo de Cooperação Técnica
- d) Termo de Compromisso de Estágio
- e) Plano de Estágio (deverá ser preenchido no início do estágio e enviado ao Professor Orientador para sugestões)

Art. 19. O aluno será avaliado periodicamente, conforme definido no seu programa de estágio, mediante o preenchimento e assinatura do formulário de avaliação realizado pelo Supervisor de Estágio da organização concedente, bem como de avaliação, realizada pelo Professor Orientador, os quais dentre outros quesitos lançará a nota para o período em questão.

Art. 20. O aluno será considerado aprovado no estágio quando cumprida a carga horária em conformidade com o artigo 8º, documentada através dos registros nas Fichas de Avaliação do Estagiário e de nas Fichas de Presença e obtiver média aritmética geral, igual ou superior a 7,0 (sete).

Parágrafo único. O aluno será considerado reprovado no Estágio Supervisionado, devendo desenvolvê-lo no período letivo seguinte em regime de dependência, caso obtenha média aritmética geral, calculada em função das notas registradas nas Fichas de Avaliação do Estágio, menor do que 7,0 (sete) ou totalize carga horária inferior à estabelecida no artigo 8º.

Art. 21. O Estágio Supervisionado deverá contemplar as seguintes áreas do conhecimento contábil:

I. Contabilidade Geral;

II. Teoria da Contabilidade;

III. Contabilidade Financeira;

IV. Contabilidade Tributária;

V. Contabilidade Gerencial;

VI. Auditoria e Perícia;

VII. Controladoria;

VIII. Contabilidade de Custos;

IX. Sistemas Contábeis;

X. Contabilidade Pública;

XI. Contabilidade Aplicada: Rural, Comercial, Industrial, Atuária, Terceiro Setor, Sócio-ambiental, Internacional, Sociedades Cooperativas etc.

Seção 4

Na Forma de Pesquisador

Art. 22. O aluno impedido de realizar o estágio supervisionado de forma prática poderá optar por uma das linhas de pesquisa na área contábil relacionadas no artigo 21.

Art. 23. O aluno deverá protocolar na Central de Atendimento, artigo acadêmico desenvolvido na área contábil de acordo com a metodologia exigida pela FG o qual será submetida à apreciação do Professor Orientador.

Parágrafo 1º. O aluno será considerado aprovado na disciplina de estágio supervisionado se obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) na avaliação do artigo.

Parágrafo 2º. Dependendo da relevância do assunto pesquisado e interesse da comunidade científica, o artigo poderá ser remetido para publicação em revistas ou periódicos.

Parágrafo 2º. O aluno será considerado reprovado no Estágio Supervisionado, devendo desenvolvê-lo no período letivo seguinte em regime de dependência, caso obtenha média aritmética geral inferior a 7,0 (sete), calculada em função da nota recebida na avaliação do artigo acadêmico.

As Atribuições e Competências

Art. 24. São atribuições do Núcleo de Estágios:

- I. Analisar e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado;
- II. Assinar o Termo de Compromisso de Estágio para celebração do acordo com as organizações interessadas;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do estágio de cada aluno através da documentação apresentada;
- IV. Analisar e aprovar a equivalência entre as atividades do Aluno Funcionário ou do aluno Proprietário com as do Estágio supervisionado;
- V. Criar e manter um acervo de toda documentação relativa a cada estagiário e seu respectivo estágio para consulta e posterior comprovação junto aos órgãos fiscalizadores;
- VI. Elaborar um cronograma semestral sobre a carga horária e avaliação final de cada estagiário para ser encaminhado à secretaria Geral;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este regulamento;
- VIII. Zelar pela qualidade do Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava;
- IX. Manter e ampliar contatos, divulgar e promover o Curso de Ciências Contábeis entre as organizações do município e região visando aumentar a oferta de vagas de estágio para os alunos da Faculdade Guarapuava.

Art. 25. São deveres e responsabilidades dos estagiários:

- I. Cumprir a carga horária mínima na forma exigida neste regulamento;
- II. Entregar os relatórios, determinados por este regulamento, ao Núcleo de Estágios nos prazos estabelecidos, via protocolo;

- III. Escolher uma atividade inerente à área contábil, para execução do Estágio Supervisionado e formalizar essa decisão através da Declaração de Opção da Área do Estágio Supervisionado;
 - a. Elaborar em conjunto com o Supervisor de Estágio, o plano de estágio, preenchendo todos os campos, assinando e colhendo assinatura do Supervisor do Estágio, com anuência do Professor Orientador;
 - b. Apresentar a documentação necessária e indispensável à formalização e consecução do estágio ao Núcleo de Estágio, via protocolo;
 - c. Termo de Compromisso: colher assinatura do responsável pela empresa concedente do estágio;
 - d. Ficha de Avaliação do Estagiário: solicitar preenchimento e assinatura ao Supervisor do Estágio e do Professor Orientador;
 - e. Relatório de Estágio devidamente aprovado e assinado pelo Professor Orientador e pelo Supervisor do Estágio.
- IV. agir com ética, zelo e responsabilidade no relacionamento com a organização concedente do estágio, a fim de preservar o bom relacionamento desta com a Faculdade Guarapuava e assim contribuir para a manutenção da possibilidade de estágio para futuros alunos;
- V. cumprir este regulamento e o regimento da Faculdade Guarapuava, no que couber.
- VI. cumprir com as prerrogativas do Código de Ética do Contabilista.

Art. 26. São compromissos requeridos das empresas concedentes de estágio através de seu representante o Supervisor de Estágio:

- I. O Supervisor de Estágio deverá ser um profissional da área contábil, com certidão de regularidade profissional, pertencente ao quadro de funcionários da empresa;
- II. Elaborar em conjunto com o estagiário o plano de estágio, preenchendo todos os campos e assiná-lo;
- III. Auxiliar no preenchimento e assinar o Termo de Compromisso;
- IV. Preencher, atribuir uma nota para o período avaliado na ficha de Avaliação do Estagiário.

Art. 27. São atribuições do Professor Orientador:

- I. Orientar os alunos sobre os requisitos do relatório a ser apresentado, informando-os sobre os procedimentos gerais do estágio nos três semestres letivos;
- II. Cumprir as datas de reuniões determinadas pelo Núcleo de Estágios;
- III. Registrar a frequência de orientação dos encontros com o(s) orientado(s);
- IV. Acompanhar o desenvolvimento do estágio;
- V. Receber e avaliar o relatório de estágio, assinado pelo Supervisor de Estágio. O relatório julgado insuficiente, incompleto ou inadequado, deverá ser devolvido ao aluno com instruções para reformulação ou complementações e prazo para entrega;
- VI. Devolver ao aluno o relatório de estágio devidamente assinado e pronto para arquivo, em tempo hábil, para ser protocolado e entregue ao Núcleo de Estágios.
- VII. Atribuir bimestralmente nota através do formulário próprio de avaliação de estágios, entregando ao Núcleo de Estágios, dentro do prazo pré-estabelecido.

Parágrafo 1º. A função de Professor Orientador será exercida por um professor do Curso de Ciências Contábeis ou afim, sendo membro do Colegiado do Curso, que tem por finalidade acompanhar e avaliar o Estágio Supervisionado e auxiliar o acadêmico na solução de possíveis problemas técnicos e de relacionamento decorrente da atividade, com o objetivo de atender o plano de estágio proposto.

Parágrafo 2º. A carga horária destinada ao Professor Orientador é de 20 (vinte) horas-aulas semanais, para atendimento presencial, e 80 (oitenta) horas não presenciais.

Disposições Finais

Art. 28. Os casos omissos neste regulamento serão analisados e decididos pela Coordenação de Curso, juntamente com o Núcleo de Estágios e Direção Geral da Faculdade Guarapuava.

Art. 29. Este regulamento será aprovado pelo CONSAD (Conselho de Administração da FG), entrando em vigor na data de sua assinatura.

8.3 APÊNDICE: REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE GUARAPUAVA

I – Disposições Preliminares

Art. 1º - A Faculdade Guarapuava – FG, tendo em vista o disposto no Art. 102 do Regimento Interno, e em atendimento às exigências legais, institui este Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, para o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava, com o objetivo de disciplinar a elaboração, acompanhamento, entrega e avaliação do TCC.

Art. 2º - Considera-se TCC, a atividade curricular vinculada à conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava, de natureza investigatória ou descritiva, elaborada e apresentada na forma artigo científico.

Parágrafo 1º - O TCC consiste em pesquisa individual orientada, desenvolvido sob forma de artigo, em qualquer área de Ciências Contábeis, no âmbito das disciplinas integrantes do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava.

Art. 3º - O TCC tem como objetivos:

- I. Reunir a experiência e o conhecimento adquiridos durante o curso, principalmente no que se refere à metodologia e pesquisa, seja bibliográfica, de campo e/ou estudo de caso; elaborar um projeto de pesquisa; desenvolver o estudo, elaborar e defender o trabalho final.
- II. Proporcionar ao acadêmico a possibilidade de concentrar sua percepção, visando aperfeiçoar sua capacidade crítica, de planejamento, de organização, de execução, de análise e interpretação de situações ou fatos relacionados com o curso.
- III. Possibilitar ao acadêmico, sob orientação de um professor da área, o desenvolvimento de um trabalho que represente uma situação real com a qual poderá defrontar-se no mercado de trabalho.
- IV. Contribuir para o enriquecimento do *curriculum vitae*, com a valorização do histórico escolar e do diploma.

II – Da Coordenação de Curso

Art. 4º - Caberá à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava, a função de cumprir e fazer cumprir este Regulamento, bem como acompanhar diretamente o desenvolvimento de todas as fases do TCC, pelo exercício, dentro outras, das seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio e dar esclarecimentos aos Professores Orientadores e aos acadêmicos matriculados nas atividades de pesquisa e elaboração do TCC;
- b) Proporcionar, com auxílio do docente encarregado da disciplina de Projeto de Pesquisa, orientação básica aos acadêmicos em fase de iniciação do projeto de TCC;
- c) Acompanhar a execução dos projetos de TCC;
- d) Proporcionar, com auxílio do docente encarregado da disciplina de TCC I e II, orientação básica aos acadêmicos em fase de elaboração e conclusão do TCC;
- e) Elaborar e encaminhar aos Professores Orientadores as Fichas de Acompanhamento e a avaliação da atividade de TCC;
- f) Manter, arquivo atualizado com os projetos de TCC em desenvolvimento, bem como das avaliações parciais;
- g) Receber os TCCs concluídos e aprovados pelos Professores Orientadores a casa semestre letivo, encaminhando-os à Banca Examinadora;
- h) Indicar os professores para comporem as Bancas Examinadoras, observados os mesmos critérios exigidos para os orientadores;
- i) Manter atualizado o livro de atas das reuniões das Bancas Examinadoras;
- j) Encaminhar, por e-mail, aos acadêmicos aprovados a folha de aprovação salva em arquivo PDF, para que seja incluída nas versões finais dos artigos aprovados.

III – Do Professor Orientador

Art. 5º - O TCC é desenvolvido sob a orientação de um professor integrante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Guarapuava.

Parágrafo Único. Na falta de professores integrantes do curso, poderão ser convidados outros professores da Faculdade Guarapuava, que integrem a área das Ciências Sociais Aplicadas.

Art 6º - Tornar-se-á Professor Orientador, o professor que convidado pelo acadêmico, der anuência formal ao pedido, implicando na aceitação da obrigação de orientá-lo.

Art. 7º - Cada professor do curso de Ciências Contábeis poderá orientar até 6 (seis) acadêmicos por período, podendo esse número ser aumentado em função do tema escolhido pelos acadêmicos e pela aderência ao tema.

Art. 8º - São atribuições do Professor Orientador:

- a) Orientar o acadêmico sobre as atividades de pesquisa bibliográfica, leitura e reflexão (análise e interpretação), coleta e tabulação de dados, construção de representações gráficas, bem como a redação final;
- b) Anotar na Ficha de Acompanhamento da Orientação o resumo dos assuntos tratados em cada encontro com o acadêmico e o respectivo tempo despendido;
- c) Informar ao Coordenador, em tempo hábil, as irregularidades na frequência do acadêmico orientado;
- d) Informar à Coordenação qualquer anormalidade que venha a ocorrer;
- e) Recomendar ao final do prazo de orientação, o TCC a ser submetido à Banca Examinadora.

Parágrafo 1º - É responsabilidade solidária do Professor Orientador e do Aluno Orientado evitar crimes contra a propriedade intelectual (plágios).

Parágrafo 2 – Todas as atividades de orientação e inclusive as sessões de avaliação pela Banca Examinadora, deverão ser realizadas preferencialmente durante os horários e locais de permanência instituídos para tal fim.

IV – Do Professor Orientador nas Disciplinas de TCC I e TCC II

Art. 9º - Caberá ao professor orientador das Disciplinas de TCC I e II:

- a) Orientar os alunos quanto a formatação do TCC dentro das normas exigidas dentro do Manual de Trabalhos Acadêmicos da Faculdade Guarapuava;
- b) Corrigir os trabalhos dos alunos quanto à norma culta própria para escrita de artigos;

- c) Anotar na Ficha de Acompanhamento da Orientação o resumo dos assuntos tratados em cada encontro com o acadêmico e o respectivo tempo despendido;
- d) Informar ao Coordenador, em tempo hábil, as irregularidades na frequência do acadêmico orientado;
- e) Informar à Coordenação qualquer anormalidade que venha a ocorrer;
- f) Agrupar e levantar as médias dos alunos, encaminhando o Diário de Classe, com a avaliação registrada, à Secretaria das Coordenações da Faculdade Guarapuava.

V – Do Aluno Orientando

Art. 10 - Para ser considerado aluno orientando, o acadêmico deverá estar matriculado nas disciplinas de TCC I e II, respectivamente nos 8º e 9º períodos, conforme o caso, nas datas previstas no calendário escolar.

Art. 11 - O Aluno Orientando que não obtiver recomendação favorável do Professor Orientador, não cumprir as atividades das Disciplinas de TCC I e TCC II, não concluir o TCC no prazo estabelecido em edital próprio, ou não lograr aprovação perante a Banca Examinadora, deverá efetuar nova matrícula na respectiva disciplina.

Art. 12 – O acadêmico em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres:

- a) Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso, pelo Professor Orientador ou pelo Professor da Disciplina de TCC, no mínimo, 2 (duas) vezes ao mês;
- b) Participar das atividades de orientação de TCC;
- c) Cumprir o cronograma divulgado pela Coordenação de Curso para entrega dos relatórios parciais e do artigo;
- d) Entregar, através de protocolo, via Central de Atendimento, atendendo cronograma estipulado para tal, Ficha de Acompanhamento de Orientação e formulário de Avaliação Parcial sobre as atividades desenvolvidas no bimestre, preenchidas em 1 (uma) via), assinada pelo Professor Orientador e aluno orientando, a qual fará parte da nota bimestral da disciplina de TCC I;

- e) Elaborar a versão final de seu TCC, de acordo com o projeto inicialmente aprovado pelo Professor Orientador e suas orientações, bem como das recebidas pelo professor das Disciplinas de TCC I e II;
- f) Entregar à Coordenação de Curso, via protocolo, ao término da segunda fase do TCC e na data estabelecida em edital, 4 (quatro) cópias de seu artigo, impressas e encadernadas (encadernação simples), assinadas pelo Professor Orientador;
- g) Comparecer em dia, hora e local determinados pela Coordenação de Curso, em edital próprio, para apresentar e defender a versão final de seu artigo;
- h) Entregar à Coordenação do Curso, via protocolo, conforme prazos do edital, a 2 CD da versão final do artigo salvo em arquivo PDF, em capa dura, na cor vermelha, contemplando as recomendações feitas pelos membros da banca examinadora, a folha de aprovação do trabalho salva em arquivo PDF e mediante conferência do Professor Orientador.

VI – Da Estrutura do Artigo

Art. 13. O TCC deve seguir as orientações do Manual de Trabalhos Acadêmicos da Faculdade Guarapuava e deverão ser redigidos de acordo com as seguintes normas:

- a) Deverão ser redigidos em língua portuguesa, em seu padrão culto, digitados no formato de papel tamanho A4 (210 mm x 297 mm), com espaço 1,5. As páginas devem apresentar margem esquerda e superior de 3 cm e as margens direita e inferior de 2 cm, com um total de, no mínimo 15 (quinze) e no máximo, 25 (vinte e cinco) páginas.
- b) O artigo deverá observar a seguinte estrutura:
 - a. Título do artigo (e subtítulo se houver);
 - b. Nome do autor
 - c. Nome do Professor Orientador
 - d. Nome do Professor da Disciplina de TCC II
 - e. Resumo (no mínimo 10 (dez) e, no máximo, 15 (quinze) linhas)
 - f. Palavras-chave (no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) palavras)
 - g. Introdução
 - h. Desenvolvimento Textual: Referencial Teórico, Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão
 - i. Considerações Finais

j. Referências

Observação: A exatidão das referências bibliográficas é de responsabilidade do autor. Comunicações pessoais, trabalhos em andamento e os não publicados não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas, mas citados em notas de rodapé.

Art. 14. O Desenvolvimento Textual deverá ser escrito em capítulos conforme a seguir:

- I. Capítulo 1: Referencial teórico. Este capítulo deve conter os estudos sobre o tema, já realizados por outros autores. Deve conter, portanto, uma revisão da literatura existente no que concerne não só ao acervo de teorias e as suas críticas, como também a trabalhos realizados que as tomam como referência. Deve responder a questão: O que foi escrito sobre o objeto de estudo? O título do capítulo 1 deve ser pertinente ao tema de estudo.
- II. Capítulo 2: Metodologia. Este capítulo deve conter o tipo de pesquisa, o universo e a amostra, como serão feitos a coleta e o tratamento dos dados e as limitações dos métodos de pesquisa. É importante que o relatório, como a etapa já foi concluída, deve se ter atenção ao tempo verbal. Segue a seguinte formatação:
 - 2.1 Modalidade de pesquisa.
 - 2.2 Campo de observação
 - 2.3 Instrumentos de coleta de dados
 - 2.4 Critérios para análise de dados
 - 2.5 Descrição das etapas da investigação
- III. Capítulo 3: Apresentação e interpretação dos dados: serão apresentados neste capítulo os resultados do tratamento e interpretação dos dados coletados. Aqui aparecem as tabelas, quadros, gráficos ou as unidades e as categorias de análise. Este capítulo é elaborado com a apresentação e discussão dos dados de acordo com o instrumento utilizado na investigação. Depois da apresentação das tabelas, quadros ou gráficos, é necessário redigir um texto de interpretação, com base na fundamentação teórica.

VII – Da Entrega e Avaliação

Art. 15. A nota de TCC I será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelo Professor Orientador no formulário de avaliação e das notas atribuídas pelo Professor da

disciplina, estando reprovado o acadêmico com média semestral final inferior a 7,0 (sete) pontos, não havendo previsão de exame final.

Art. 16. O aluno deverá entregar 4 (quatro) vias do TCC (em espiral), no prazo fixado em edital próprio expedido pela Coordenação do Curso.

Art. 17. A versão final do artigo é apresentada e defendida pelo acadêmico perante Banca Examinadora composta, obrigatoriamente, pelo Professor Orientador, que a preside, e por 2 (dois) outros professores, indicados pela Coordenação do Curso, o qual indicará também o suplente.

Art. 18. A Coordenação de Curso agendará, respeitando o calendário escolar, a data e o horário para a defesa do artigo, dando-se publicidade mediante edital.

Parágrafo Único. No impedimento, os membros convidados para compor a Banca deverão comunicar a esta Coordenação, com até 24 horas de antecedência, para que seja nomeado um professor substituto. No impedimento do Presidente da Banca ou do aluno candidato à defesa (neste último caso mediante pedido formal e anexação de prova documental robusta, se for o caso), será agendada outra data, a critério da Coordenação.

Art. 19. As sessões de defesa dos artigos serão públicas, e só se realizam com a presença de todos os membros da Banca Examinadora e do acadêmico autor.

Art. 20. O atraso não justificado na entrega do artigo implicará em reprovação na Disciplina de TCC II, ouvido o Professor Orientador e o Professor da Disciplina de TCC II.

Art. 21. O acadêmico terá de 20 (vinte) à 30 (trinta) minutos para apresentar seu artigo, seguindo-se a arguição e defesa, por, no máximo, igual tempo.

Art. 22. Cabe à banca examinadora atribuir nota para o TCC, considerando-se os pesos atribuídos para o trabalho escrito e para a apresentação, bem como os seus respectivos quesitos.

Parágrafo Único. Os pesos e quesitos serão divulgados previamente através de edital da Coordenação de Curso.

Art. 23. Para aprovação, o acadêmico deve obter nota final igual ou superior a 7,0 (sete) pontos na disciplina de TCC II, não havendo previsão de exame final.

Parágrafo 1º. O aluno que obtiver média entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis ponto nove) no artigo, desde que manifeste formalmente o interesse, terá oportunidade de reapresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, nova versão escrita a ser submetida à mesma banca examinadora, com as correções solicitadas, nos termos dos arts. 19 à 23 deste Regulamento.

Parágrafo 2º. Estará reprovado o aluno que obtiver média final inferior a 4,0 (quatro) na apresentação da primeira versão, ou inferior a 7,0 (sete) na reapresentação do seu trabalho (conforme previsto no parágrafo 1º retro).

Parágrafo 3º. Fica expressamente vedada qualquer hipótese de “condicionada” a aprovação de artigo.

Parágrafo 4º. As avaliações finais, assinadas por todos os membros da Banca Examinadora, devem ser registradas em ata, da qual também deverá constar a assinatura de todos os integrantes desse colegiado.

Art. 24. O aluno deverá protocolar na Central de Atendimento, no prazo de até uma semana depois da apresentação, 2 CD, conforme art. 12, letra h, desse Regulamento.

Art. 25. O acadêmico que não entregar o seu artigo, não obtiver do Professor Orientador a recomendação favorável para submetê-la à Banca Examinadora, não seguir as orientações do Professor da Disciplina de TCC II quanto à estrutura formal do artigo ou não obtiver a nota mínima para aprovação na forma estabelecida pelo art. 23, deste Regulamento será considerado reprovado na Disciplina de TCC II, devendo nela preferencialmente rematricular-se no semestre letivo subsequente à reprovação, e no máximo, até o prazo limite de integralização do curso, previsto na legislação vigente.

Parágrafo 1º. Na hipótese de reprovação fica a critério do acadêmico continuar ou não com o mesmo tema do artigo e com o mesmo Professor Orientador.

Parágrafo 2º. Tratando-se de novo tema torna-se necessário a apresentação de novo projeto que deverá ser protocolado na Central de Atendimento conforme datas estabelecidas em edital.

Parágrafo 3º. Tratando-se de novo Professor Orientador torna-se necessário a apresentação de nova carta de aceite que deverá ser protocolada na Central de Atendimento conforme datas estabelecidas em edital.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação de curso, ouvido o colegiado e homologado pela Direção Geral.

Art. 27. O presente regulamento entrará na data de sua aprovação.

9. ANEXOS

9.1. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 (*) (**)**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

(*) Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15

§ 1º O Projeto Pedagógico, além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

§ 2º Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais.

§ 3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

(*) RETIFICAÇÃO Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 de março de 2005, Seção 1, p. 9: Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABILISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Art.10. A duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelados, serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art.11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes
Presidente da Câmara de Educação Superior

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CAMARA DE EDUCAÇÃO SUPEIOR
RETIFICAÇÃO^(**)**

Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABILISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.

9.2. PORTARIA Nº 018/2014 – COMPOSIÇÃO DO NDE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

9.3. RESOLUÇÃO Nº 10/2012 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

9.4 PLANILHAS CORPO DOCENTE

